



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DAYANA ALMEIDA SEGUINS

**O GÊNERO DA PÓLIS: O LUGAR DA MULHER NOS DISCURSOS
PARLAMENTARES**

JOÃO PESSOA

2025

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DAYANA ALMEIDA SEGUINS

**O GÊNERO DA PÓLIS: O LUGAR DA MULHER NOS DISCURSOS
PARLAMENTARES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Thiago Panica Pontes

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447g Almeida, Dayana da Silva.

O gênero da pólis: o lugar da mulher nos discursos parlamentares / Dayana da Silva Almeida. - João Pessoa, 2025.

80 f. : il.

Orientador: Thiago Pontes.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Gênero. 2. Discursos parlamentares. 3. Representação feminina. 4. Dominação masculina. I. Pontes, Thiago. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 305

Dayana Almeida Seguins

**O GÊNERO DA PÓLIS: O LUGAR DA MULHER NOS DISCURSOS
PARLAMENTARES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Sociais da Universidade
Federal da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais

Aprovada em: 03 de Outubro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Panica Pontes – DCS/UFPB (Orientador)

Profª. Dra. Andrea Franco Lima e Silva – DCS/UFPB (Examinador)

Profª. Dra. Mariana Shinohara Roncato - DCS/UFPB(Examinadora)

Para Geruza Maria, minha avó, minha mãe
e minha guia.

AGRADECIMENTOS

Há caminhos que não se trilham sozinhos. Agradecer aquelas que estiveram comigo nesse caminho que ainda não chegou ao fim, é a parte do meu trabalho que mais me emociona e me toca o peito profundamente, é olhar tudo que caminhei e saber que mesmo diante de tantas adversidades me mantive de pé porque vocês estavam comigo.

Por isso quero aqui agradecer de forma genuína, a minha avó, dona Geruza, que me criou até aqui e é responsável por me criar como quem prepara uma mulher pro mundo ao mesmo tempo que não me permitiu perder o encanto pela vida. Obrigada minha avó, isso aqui é também sobre você.

Gostaria de agradecer, a minha mãe, minha tia Edvania, ao meu pai e aos meus irmãos que vibraram comigo a cada conquista, que celebraram comigo, que me aguentaram chorar pitangas e sorrir morangos, queríamos realmente que a vida fosse um morango.

A Adrian Ricely, meu amor, que me lançou para o alto, acreditando em mim até quando eu mesma não sabia se conseguiria. Que não deixou que a dúvida me prendesse nem por um segundo. Obrigada por ser coragem, companhia e afeto.

Quero agradecer ao meu orientador Thiago Panica, que me acolheu, orientou, mas não apenas, obrigada por me acolher, por enxergar nas minhas inquietações sementes de pesquisa, por me ensinar a olhar sociologicamente o mundo e por me incentivar a voar mais alto. Professor Thiago, o senhor foi essencial para a finalização deste trabalho.

Agradeço a professora Tássia Rabelo por me receber de braços abertos no PIBIC e por fazer parte do caminho no qual escolhi trilhar.

Agradeço com aquele sorriso no rosto, a todos meus amigos, que me fizeram chegar até aqui, minha caminhada está sendo bonita porque tenho vocês comigo. Obrigada Jaazyel Moura, que me ouviu tantas e tantas vezes falar desse trabalho e que ouviu cada pedaço como se fosse a minha primeira vez falando dele. Agradeço Maria Fernanda, Jorge Trindade, Erika, Renata, Kelvin, Rebecca Narrie e a Maria Vitória, vocês são sensacionais e eu quero viver e celebrar com vocês sempre. Aproveito que falo de amigos dessa minha trajetória, para agradecer a todos integrantes do grupo CERES, a Gabriel, Maria Clara, Leyd, Davi e o Arthur, vocês foram essenciais para meu amadurecimento, obrigada.

Agradeço à professora Andréa Franco, pela disciplina “*Gênero, Sexualidade e Família*”, cujo aprendizado possibilitou aprofundar-me em importantes conceitos, bem como por aceitar compor a minha banca de defesa. Estendo também meus agradecimentos à

professora Mariana Roncato, pela disponibilidade em integrar a banca e contribuir para meu percurso acadêmico.

Eu não poderia deixar de agradecer ao Centro Comunitário Bom José, vocês são minha fé no futuro em que a revolução começa na esperança. Andrezza Ribeiro, que sabe exatamente onde eu quero chegar, a Erika e Wilma vocês são parte desse meu caminho.

E a você, meu filho Martin, que ainda não chegou, mas já caminha comigo aqui dentro. Espero que, um dia, possa ler estas palavras e entender que elas não são apenas agradecimentos, mas um pedaço do que sou e do que tenho feito. Que você cresça com olhos curiosos, desejando descobrir o mundo e encantando-se com ele. Amo você, Tintin.

*Todas as lutas são, essencialmente,
lutas sobre poder. (Octavia Butler).*

RESUMO

A presente pesquisa, intitulada “*O gênero da pólis: o lugar da mulher nos discursos parlamentares*”, tem como objetivo verificar de que maneira os discursos parlamentares podem revelar elementos da dominação masculina, tomando como base notas taquigráficas do período pré e pós-golpe da então presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, adota-se como método a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme proposta por Norman Fairclough, articulada às perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu e Heleieth Saffioti. Essa abordagem permite examinar os elementos presentes nas representações parlamentares e fundamentar a elaboração dos quadros analíticos. Considerando que algumas dessas representações alcançam até 90 páginas, a sistematização em quadros se mostra necessária para condensar o material. A partir dessa organização, foi possível identificar discursos estruturados em justificativas de ordem biológica, religiosa e moral, os quais operam como vetores de perpetuação da sub-representação feminina na política, atingindo um cenário dentro da arena política dificultando a presença dessas mulheres e fora da arena, desencorajando a entrada dessas mulheres no âmbito do exercício político.

Palavras-chave: gênero; discursos parlamentares, representação feminina; Dominação Masculina.

ABSTRACT

This research, entitled "The Gender of the Polis: the place of women in parliamentary speeches" aims to examine how parliamentary speeches can reveal elements of male domination, based on shorthand notes from the pre- and post-coup period of then-President Dilma Rousseff. To this end, Critical Discourse Analysis (CDA) is adopted as the method, as proposed by Norman Fairclough, articulated with the theoretical perspectives of Pierre Bourdieu and Heleith Saffioti. This approach allows us to examine the elements present in parliamentary representations and inform the development of analytical frameworks. Considering that some of these representations reach up to 90 pages, systematization into frameworks is necessary to condense the material. Through this organization, it was possible to identify discourses structured around biological, religious, and moral justifications, which operate as vectors for perpetuating female underrepresentation in politics, reaching a level within the political arena that hinders the presence of these women and outside the arena, discouraging their entry into political activity.

Keywords: gender; parliamentary speeches, female representation; male domination.

LISTA DE SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ACD	Análise Crítica do Discurso
IPU	União Interparlamentar
LRMP	Liga Republicana das Mulheres Portuguesas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PP	Partido Progressista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	As explosões nervosas da Presidente
Figura 2	Jornal Sufragista
Figura 3	Série histórica da representação feminina no Senado Brasileiro (1934 - 2025)
Figura 4	Série histórica da representação feminina na Câmara dos Deputados (1934 - 2025)
Figura 5	O mundo dos discursos

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Transcrição do trecho “Como nos Tratam”
QUADRO 2	Início e fim das legislaturas
QUADRO 3	Rep. 10/2016
QUADRO 4	Discurso presidencial
QUADRO 5	Rep. 17/2017
QUADRO 6	Rep 3/2023
QUADRO 7	Lugares determinados pelos discursos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. À MARGEM DA DEMOCRACIA, AS MULHERES.....	20
1.1 No seio da criação, mas a serviço do homem: debate em torno do conceito de gênero e patriarcado.....	20
1.2 Uma conquista inacabada: caminhos até o voto e o Brasil atual.....	23
1.3 Para além do voto: a entrada das mulheres na arena política.....	28
1.4 Sub-representação política no Brasil.....	29
2. O CAMPO DO DECORO: ONDE ELES CABEM E ELAS TRANSGRIDEM.....	34
2.1 Material a ser analisado e sua relevância.....	34
2.2 Um lugar no mundo: metodologia e aporte teórico.....	35
3. DE VOLTA AO LAR: A JUSTIFICAÇÃO DISCURSIVA DA DOMINAÇÃO POLÍTICA MASCULINA.....	40
3.1 O que eles pretendem? Discursos estruturantes.....	40
3.2 O mundo dos discursos: o que é possível visualizar a partir dos discursos parlamentares.....	62
4. CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXOS.....	70
ANEXO A - REPRESENTAÇÃO 10/2016 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	70

INTRODUÇÃO

No dia 31 de outubro de 2010, no segundo turno das eleições presidenciais, Dilma Rousseff (PT) foi eleita com 55 milhões de votos, derrotando o candidato José Serra (PSDB), indicada à sucessão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sua vitória representou um marco histórico, pois, em 2011, o Brasil presenciou, pela primeira vez, a ascensão de uma mulher ao cargo máximo do Poder Executivo. Dilma já havia ocupado cargos de liderança antes de assumir a presidência, como o Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil. Mesmo diante desse fato, ao consultar o site da Câmara dos Deputados em uma publicação de caráter celebratório, algumas informações destacadas sobre a nova presidenta ultrapassavam o campo político-institucional e adentravam aspectos de sua vida privada, encerrando-se com a seguinte nota: “Dilma Rousseff é divorciada e tem uma filha e um neto”¹, como algo relevante à Câmara e aos eleitores.

Entretanto, esse marco histórico para o Brasil foi sucedido por algo que também ficará para a história. Embora reeleita em 2014, Dilma Rousseff já enfrentava forte oposição, tanto por parte da mídia quanto das forças conservadoras que progressivamente ocupavam as cadeiras do Congresso Nacional. O período compreendido entre sua reeleição e os acontecimentos que culminaram no golpe parlamentar de 2016 não configurava um ambiente favorável à permanência de uma mulher na presidência. Nas ruas, manifestações de cunho misógino ganharam visibilidade, como a circulação de adesivos que sexualizavam e violentavam a imagem da presidenta ao posicioná-la de forma degradante em tanques de combustível de veículos². O caso alcançou tal dimensão que a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados foi obrigada a emitir uma nota oficial de repúdio. Ressalta-se que tais formas de violência não foram dirigidas a presidentes homens, como Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, revelando o caráter de gênero específico da violência sofrida por Dilma Rousseff.

Os episódios de violência assumiram maior intensidade durante o processo de votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Grande parte dos discursos proferidos nesse contexto foi acompanhada da expressão do voto favorável à sua saída, o “sim”, carregado de uma moralidade cristã, conservadora e tradicionalista, com o

¹ <https://www.camara.leg.br/tv/206269-dilma-rousseff-e-eleita-a-primeira-mulher-presidente-do-brasil/>

² “Comissão quer investigar produção de adesivo ofensivo contra Dilma”:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/comissao-quer-investigar-producao-de-adesivo-ofensivo-contradilma>. Fonte: Agência Senado

intuito de evidenciar publicamente as razões e os sujeitos em nome dos quais se votava. Alguns desses pronunciamentos alcançaram tal grau de violência que resultaram na abertura de uma representação, proposta por determinados partidos, contra o então deputado Jair Bolsonaro:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. (Jair Bolsonaro, discurso pronunciado em 17 de abril de 2016).

É relevante salientar que Carlos Alberto Brilhante Ustra esteve entre os responsáveis pelas práticas de tortura infligidas a Dilma Rousseff durante a ditadura militar. Dessa forma, ao fundamentar seu voto evocando a figura da própria vítima de seu algoz e, simultaneamente, justificando-o perante os presentes e seus eleitores como um voto “em nome da família e de Deus”, não se apaga a dimensão da violência, mas se constrói uma tentativa de naturalizar e legitimar discursos dessa natureza. Beauvoir (2016) aponta a religião como um tratamento hostil para mulheres e aqui vemos um discurso amparado na religiosidade que dialoga com muitos apoiadores.

Esse trecho compõe a representação de número rep. 7/2016³ enviada pelo Partido Verde ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na qual se ressalta a ampla repercussão do referido pronunciamento. Como consequência, diversas denúncias foram encaminhadas à Procuradoria-Geral, totalizando 17.853 reclamações. Esse episódio constitui apenas uma dentre as múltiplas formas de violência sofridas pela presidenta, muitas baseadas em discursos de cunho religioso e moral.

A forma como Dilma Rousseff é representada evidencia a hostilidade do ambiente político em relação às mulheres. Em pesquisa orientada pelo professor Thiago Panica, Maria Clara Silva (2022) discute a relação entre os papéis de gênero e a imprensa brasileira, destacando como determinadas capas de revistas e jornais podem tanto construir uma imagem negativa quanto reforçar práticas misóginas sob o véu de uma suposta imparcialidade informativa. Um exemplo analisado pela autora é a capa abaixo (Figura 1) que, segundo a autora, mostra que o tratamento dispensado à presidenta configura uma forma de violência simbólica. Em contraste, Jair Bolsonaro, em situação semelhante, foi retratado como “O Leão

³<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/representacoes/representacao-07-2016-em-desfavor-do-dep-jair-bolsonaro>

fora de controle”, o que revela a discrepância na forma como homens e mulheres são representados pela mídia no espaço político.

Figura 1 - As explosões Nervosas da Presidente



Fonte: IstoÉ, edição número 2417, de 06 de abril de 2016.⁴

Nesse contexto, entre os anos de 2022 e 2023, atuei como bolsista PIBIC sob a orientação da professora doutora Tássia Pinho Rabelo, no projeto intitulado “*As expressões da violência política de gênero nas sessões dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro*”. O objetivo central da pesquisa foi mapear as modalidades de violência política de gênero ocorridas na 55ª Legislatura e, posteriormente, classificar suas manifestações segundo as tipologias propostas pelo projeto, a análise de frequência das palavras-chave relacionadas à violência política de gênero e a análise de cluster para identificar padrões semânticos. Depois, os dados seriam classificados nas quatro dimensões da tipologia de violência política de gênero (física, simbólica, psicológica e econômica).

Ao término desse trabalho, mantive o desejo de aprofundar-me no mesmo campo temático. Inicialmente, minha intenção era analisar os discursos parlamentares no recorte temporal de 2016, ano do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, até 2022,

⁴ Revista Isto é, 2016. EXPLOSÕES NERVOSAS DA PRESIDENTE “em surtos de descontroles com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do palácio, grita com subordinados, xinga autoridades e perde (também) as condições emocionais para conduzir o país”.

correspondente ao governo Bolsonaro. O propósito seria identificar nesses discursos os diferentes graus de violência de gênero direcionados às parlamentares mulheres, mobilizando o conceito de dominação masculina de Pierre Bourdieu (2024). Entretanto, no decorrer do processo investigativo, das leituras das notas taquigráficas e da leitura da argumentação do próprio autor, emergiu uma nova inquietação sociológica que se revelou ainda mais instigante. Percebi que havia um aspecto específico nas representações por quebra de decoro parlamentar que ia além da violência explícita de gênero. Nos discursos registrados nas notas taquigráficas, identifiquei a presença de justificativas ancoradas em argumentos de natureza biológica, moral e religiosa e frequentemente tratados como naturais. Esses discursos, ao mesmo tempo em que reforçam mecanismos de exclusão, revelam a persistência de estruturas simbólicas que buscam reinscrever as mulheres em posições historicamente contestadas e das quais elas têm procurado se desvincular, elemento muitas vezes despercebidos até mesmo pelos partidos proponentes das representações.

Parte-se da hipótese de que os discursos mobilizados pelos atores políticos, registrados nas notas taquigráficas, apresentam uma estrutura própria e operam como força simbólica por meio da construção discursiva. Não se trata apenas de insultar uma mulher, chamando-a de “vagabunda”, ou de dizê-la como ser uma mulher “valorosa”, mas de compreender como esses enunciados são justificados e de que maneira posicionam essa mulher no espaço político.

No âmbito deste trabalho, é importante destacar que, embora o fator racial intensifique as formas de violência nos discursos, tornando os discursos ainda mais agressivos, as mulheres, mesmo quando inseridas no campo político, permanecem em condição marginalizada. Um exemplo emblemático da gravidade dessa violência foi o assassinato da vereadora Marielle Franco, que motivou, em 2023, a elaboração do Projeto de Lei que institui o “Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política”.⁵ Ademais, reconhece-se a existência de outras categorias sociais que se encontram à margem dessa própria marginalidade, o que evidencia camadas múltiplas de exclusão e desigualdade no espaço político.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo irá abordar dois eixos principais. O primeiro dedica-se à conceituação de noções fundamentais para a

⁵O Projeto de Lei 1086/23, do Poder Executivo, institui o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a ser comemorado anualmente em 14 de março. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/944588-projeto-do-governo-cria-dia-nacional-marielle-franco-de-enfrentamento-da-violencia-politica/>

pesquisa, como gênero e patriarcado, analisando como tais conceitos foram formulados e debatidos em diferentes períodos históricos, bem como em contextos geográficos distintos, inclusive quando discutidos simultaneamente, mas em realidades espaciais diversas. O segundo eixo fará um percurso histórico voltado à conquista do voto feminino, tanto no Brasil quanto em alguns países europeus e latino-americanos, até chegarmos, por fim, à análise da representação política das mulheres no exercício dos próprios cargos eletivos, que constitui o foco central deste trabalho.

O segundo capítulo deste trabalho apresentará uma abordagem teórico-metodológica. Na primeira parte, será posta o material escolhido para análise e como é composto. Na segunda parte, discutir-se-á a relevância de examinar discursos parlamentares direcionados às mulheres à luz das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Heleieth Saffioti e, na última parte, a metodologia escolhida para análise.

Por fim, o terceiro capítulo se dedicará à análise dos discursos inseridos nas representações apresentadas por determinados partidos contra membros do Congresso, especificamente aquelas que envolvem discursos dirigidos a parlamentares mulheres e caracterizam-se como representações por quebra de decoro parlamentar. A seleção dessas representações ocorreu em um contexto prévio ao golpe parlamentar, abrangendo desde os meses que antecederam a votação do impeachment até o discurso emblemático proferido em 8 de março pelo Deputado Nikolas Ferreira (PL), já no início do governo Lula (PT). Tais discursos serão examinados à luz das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu e Heleieth Saffioti, com o objetivo de evidenciar o prisma pelo qual são enunciados e o poder simbólico que neles se manifesta. Onde podemos observar, portanto, que tais discursos parlamentares estão impregnados de uma dimensão moral, religiosa e biológica, a partir da qual cada um deles se fundamenta.

1. À MARGEM DA DEMOCRACIA, AS MULHERES.

No próprio ato de situar a contribuição feminina num terreno específico, impermeabiliza as esferas de atuação dos homens e mulheres, acentua as diferenças entre os seres de um e de outro sexo. Não havia, em suma, no sistema positivista, lugar para a libertação da mulher (Saffioti, 2013, p. 299).

1.1 No seio da criação, mas a serviço do homem: debate em torno do conceito de gênero e patriarcado

Em 1949, Simone de Beauvoir inaugura um debate fundamental acerca da condição feminina ao publicar *O Segundo Sexo*. Logo na introdução do primeiro volume da obra, Beauvoir (2016) evidencia a recorrência de uma situação em que sua reflexão intelectual era constantemente associada à sua condição de mulher. Naquele momento em que Beauvoir escreveu, muito pouco ansiavam em saber sobre mulheres. A França naquele momento estava preocupada em reconstruir-se do cenário pós Segunda Guerra Mundial.

Beauvoir (2016) já identificava a consolidação do patriarcado como um sistema no qual os homens detêm o poder de elaborar os códigos sociais, jurídicos e culturais. Dessa forma, são eles que atribuem às mulheres uma condição de subordinação. Nesse sentido, o patriarcado pode ser compreendido como uma etapa histórica e social da dominação masculina.

Historicamente, as ciências humanas apresentaram e ainda apresentam lacunas significativas em relação à problematização das questões de gênero. Embora o conceito de gênero tenha sido incorporado ao campo acadêmico apenas a partir da década de 1970, é importante reconhecer que os movimentos sociais já vinham debatendo essas questões muito antes de sua formalização teórica. Considerando que todo conceito emerge de um determinado contexto histórico e social, o ingresso da noção de gênero nas ciências humanas ocorre, em grande medida, a partir das contribuições da antropóloga cultural Gayle Rubin, especialmente com seu ensaio seminal "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex" (1975), que buscou justamente suprir essa lacuna teórica e analítica no campo.

Segundo Rubin (1975), há aspectos que foram negligenciados ou abordados de forma incipiente, como a participação das mulheres no processo de geração da mais-valia. A autora destaca que, ao desempenharem trabalho não remunerado, especialmente no âmbito da reprodução social, as mulheres contribuem de forma significativa para a produção e manutenção da força de trabalho, elemento central para a acumulação capitalista. Mesmo

quando nos limitamos, neste momento, à dimensão material das questões de gênero, é possível observar que tais aspectos continuam a permear a sociedade contemporânea. Com o tempo, essas questões tendem a extrapolar o plano material, assumindo também contornos simbólicos. Dessa forma, a acumulação de capital político, que pressupõe, o monopólio dos instrumentos de dominação política, bem como, de maneira indissociável, os mecanismos que asseguram sua legitimação.

Ao mobilizar o gênero como categoria analítica, torna-se possível desvelar estruturas sociais historicamente naturalizadas, que, ao serem analisadas criticamente, evidenciam processos de exclusão e invisibilização das mulheres na produção do saber e na organização social. Essa perspectiva revela que, durante muito tempo, o mundo foi interpretado e representado a partir de uma lógica que desconsiderava a presença e a experiência das mulheres, como se elas não existissem enquanto sujeitos históricos. Essa é uma inquietação central de autoras como Joan Scott (1986) que, em seu trabalho, questiona: onde estavam as mulheres?

Conforme argumenta Pateman (2024), a sociedade civil pode ser interpretada como uma estrutura patriarcal. Apesar da filosofia relativa à ideia contrato social ser descrita como uma narrativa de liberdade, ele revela, em sua essência, a omissão de uma história fundamental: a das mulheres. Historicamente, as mulheres têm sido invisibilizadas na construção de suas próprias narrativas, sendo-lhes atribuídas, predominantemente, o papel de reprodução. Nesse contexto, como uma mulher historicamente subjugada e colocada à margem de qualquer concepção de cidadania poderia ser reconhecida como um ser humano racional e livre? Pateman (2024) ressalta que, na construção dos fatos históricos, os teóricos liberais clássicos delinearam concepções sobre o que é ser homem e mulher, estruturando argumentos que fundamentaram os papéis sociais atribuídos a cada gênero.

Somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos, dentre os quais o mais importante é a posse da propriedade em sua pessoa; quer dizer, somente os homens são “indivíduos” (Carole Pateman, 2024).

A crítica formulada por Carole Pateman dirige-se, sobretudo, à filosofia política e ao imaginário contratualista liberal clássico, elaborados entre os séculos XVII e XVIII, período em que pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau delinearam as bases teóricas do contrato social. Ao analisar o imaginário contratualista, a autora, em sua obra originalmente publicada em 1988 (Pateman, 2024), sustenta que, para além da exclusão

histórica das mulheres, ocorreu igualmente um processo de naturalização dessa exclusão. Nessa perspectiva, Pateman (2024) concebe o patriarcado não apenas como uma herança do modelo paternal vinculado à família, mas como uma ordem política e social abrangente, responsável por estruturar simultaneamente a vida pública e a privada das mulheres. Tal compreensão desloca o conceito do âmbito meramente doméstico para evidenciar seus efeitos na constituição das relações de poder e na manutenção da desigualdade de gênero na sociedade. A estrutura histórica de exclusão das mulheres no espaço político reverbera na persistente sub-representação feminina na contemporaneidade, configurando-se como um desdobramento da herança do modelo patriarcal, evidenciado nos discursos analisados ao longo desta pesquisa

No campo do pensamento feminista, o conceito de patriarcado passou a receber maior atenção e aprofundamento teórico a partir das discussões promovidas pelo feminismo radical na década de 1970. Autoras como Kate Millett (1970) e Shulamith Firestone (1970) foram centrais nesse debate, abordando o patriarcado como uma condição ligada ao masculino. A formulação do feminismo radical, entretanto, é alvo de críticas por apresentar o patriarcado como uma estrutura rígida e atemporal, pressupondo que este se manifesta de forma uniforme em diferentes contextos históricos e culturais, quase como uma condição intrínseca à natureza masculina (SAFFIOTI, 2004).

Nesse contexto, observa-se que a representação da mulher, em diversas esferas sociais, tem sido historicamente moldada por estruturas que privilegiam determinadas lógicas de poder, majoritariamente associadas a valores e interesses masculinos. Tal configuração não implica, de maneira absoluta, a negação da autonomia feminina, mas revela a existência de um processo complexo que tenta a reduzir a agência das mulheres, inserindo-as em funções socialmente atribuídas e instrumentalizadas. Esse processo, longe de ser meramente individual, decorre de uma construção histórica e cultural que contribui para a naturalização da objetificação e para a limitação das possibilidades de atuação das mulheres.

No contexto brasileiro, especificamente na década de 1970, Heleieth Saffioti (1976) analisa a posição do corpo feminino no espaço social, evidenciando que, historicamente, as mulheres estiveram subordinadas à figura masculina, aos seus cuidados e à sua orientação, onde essa subordinação não se limitava a relações de proximidade, mas constituía uma estrutura social mais ampla de dominação de gênero.

Assim, a subjetividade feminina é frequentemente tensionada por normas e expectativas externas, constituídas a partir de uma ordem simbólica patriarcal, que ainda exerce influência significativa na definição dos papéis sociais e das formas de

reconhecimento legítimo no espaço público e privado. Para Saffioti (1991), a misoginia surge da construção social que absolutiza a razão masculina e o corpo feminino, relegando a mulher a um espaço de subalternidade e impossibilitando que ela participe plenamente da definição de sua própria essência e existência. Essa estrutura dualista estabelece uma ontologia masculina dominante, na qual o homem ocupa a centralidade e a mulher é percebida como incompleta, impedida de constituir sua própria substância.

De acordo com Motta (2022),⁶ Saffioti compreende o patriarcado como um fenômeno social em constante transformação. Trata-se de um sistema de dominação historicamente anterior ao capitalismo, mas que se adapta funcionalmente para coexistir com ele, potencializando os processos de exploração e alcançando todas as dimensões da vida social. Nesse sentido, o patriarcado é simultaneamente produtor e reproduzidor de uma dominação, e a partir dessa concepção a autora formula uma perspectiva imbricacionista das relações sociais.

Inicou-se este subcapítulo com Simone Beauvoir, mas também quero deixar cristalino aqui que, apesar dos contextos históricos vivenciados pelas autoras serem diferentes, é importante destacar que havia uma convergência no que se refere à ausência de um ambiente propício para refletir sobre a mulher e as relações de gênero, onde a primeira estava inserida em um cenário Pós-Guerra e, Saffioti, na Ditadura Militar no Brasil. Assim, Saffioti (1999) afirma ter consciência, a partir de sua própria experiência, das dificuldades de produzir uma obra em uma sociedade que não estava preparada para recebê-la.

1.2 Uma conquista inacabada: caminhos até o voto e o Brasil atual

Mesmo com o direito feminino ao voto tendo sido conquistado no século XX, há barreiras significativas que dificultam não apenas o ingresso, mas também a permanência das mulheres na esfera política. A conquista do direito ao voto pelas mulheres também constituiu um processo histórico marcado por intensas lutas e disputas, tanto no espaço público quanto nos circuitos de produção e circulação do conhecimento, como a imprensa, a literatura e as instituições políticas. Ao longo desse percurso, determinadas figuras femininas se destacaram por suas intervenções significativas nos debates intelectuais de sua época⁷. É o caso de Olympe de Gouges, cuja atuação durante a Revolução Francesa representou uma defesa contundente do sufrágio feminino e da inclusão das mulheres no projeto de cidadania então

⁶<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/heleieth-saffioti/>

⁷FERNANDES, M. A participação feminina na política: análise do desenvolvimento dos movimentos sufragistas. Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança, v. 5, n. 1, p. 96–111, 2022.

Mariano, F. (2018). O despertar do feminismo político na Península Ibérica. *Historiæ*, 8(2), 201–218.

em formação. Sua obra *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de 1791, tornou-se um marco intelectual dessa reivindicação. De modo semelhante, Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, insere-se nesse debate ao contestar as ideias do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, que atribuía às mulheres uma inferioridade intelectual natural, restringindo sua formação à moralidade e à esfera doméstica. Em oposição a essa perspectiva, Wollstonecraft argumenta, especialmente em sua obra *A Vindication of the Rights of Woman*, de 1792, que o acesso das mulheres a uma educação de mesmo nível e qualidade àquela oferecida aos homens permitiria sua plena capacidade de participação na vida política e pública, em igualdade de condições com os demais cidadãos.

No Brasil, há representantes dessa intervenção feminina no debate intelectual. Uma representante célebre é Nísia Floresta, a potiguar vai publicar em 1832 uma obra que reverbera as ideias apresentadas por Mary Wollstonecraft sobre o papel da educação para a emancipação das mulheres e sua inserção no mundo público. Ao longo de sua vida, suas produções e a sua atuação como professora funcionam como contribuição para esse papel da educação na vida das mulheres. No fim do século XIX, Josefina Álvares de Azevedo se coloca através do jornal sufragista *A Família* (**Figura 2**) em defesa do direito ao sufrágio feminino, ao direito de elegerem e serem eleitas, como condição indispensável para a igualdade. A existência de uma imprensa produzida por mulheres e dirigida às suas demandas demonstra que, à época, o movimento sufragista brasileiro já ocupava lugar no debate público nacional, articulando-se por meios próprios de expressão e mobilização política.

Figura 2- Jornal A Família

A FAMÍLIA		
8		
Palpitante de prazer te abraçei e a convite teu entrei no purissimo recinto do teu lar. Quanto aroma inebriante não trespassava de sua atmosphera hospitaleira meu Deus! E como não estaria, se tu, sempre flor abito extranxanas de tua alma pura e innocentinha! De quanto aroma inebriante se impregnava a sua atmosphera hospitaleira! E eu o aspirava e não podia te agradecer, porque... não tens reparado algumas vezes que, quando a acaso nos depara com algum quadro magnifico, no passo que sentimos nossas idéas dilataram-se ficamos mudas e quedas ante a sua sublimidade?... assim eu, ante as graças que espargeas com prodigalidade de louca, só sabiu admirar-te extasiada. O que eu sentia nesses momentos, lá, não sei dizert-o, Amelia. Mas, ah! na ampulheta do tempo teve de escoar-se minha ventura. Voltei ao meu pobre e solitario nido com o pinto negro-dulce da saudade no coração... A amizade consolidara-se em seu casulo. E voltei saudoso de ti, derramando pelo espaço que me cercava as essências da virtude que lindosa vivazes na urna de meus affectos, para novamente aspirar-te com ardor. Que conforto e esperança me infundistes n'alma, Amelia! E que na tua fronte bella, pura, e virgo o, onde nenhuma sombra negra se projecta ainda: é que nas transparencias celestias de teus olhos negros e acendilantes eu vi escripto em caracteres indeleveis—a castidade, candura e innocencia. E eu balbuciei: quanta opulencia de dons angelicos não existe no recesso de teu seio de virgem, creança! Oxalá as virgens, como tu, se mirarem no espelho de tua alma, reflectida em teus olhos e sigam a mesma senda que trilhaes sombrancieira. Ah! não, não sabes o que eu gozei lá no teu suave concheço, e quanta saudade esfolhei ao murmurar-te. — Adeu! Amelia. MARIA LUCIA ROMARIZ.	Qual é meu norte? Eu serei como o oceano Que não cessa a seu gemitir?... Ou como a garça ferida, Voa, voa, até morrer?... Eu serei como a creança Que solta na esplanada? Ou como a amante esquecida, Morrendo na solidão?... Eu serei como a violeta Que morchou na primavera, Entregando a fúria secca Ao tufão que aliena impora? Eu serei qual mãe saudosa Que via as filhas morrer?... Ou como a rola do bosque Gemebunda no fenebre?... Eu serei como a barquinha Que intenta chegar à praia, Quando a onda se revolta, E a luz da lua de omnia?... Eu serei como a nevada Que se debruça no mar Embalada pela brisa, E por fim a desfolhar?... Eu serei qual nua estrella Que nuvem negra occultou! Ou como um sembo doirado Que jamais se realison?... Eu serei qual o paupereiro Que desaba na solidão?... Ou como a folha já secca Nas azas de atroz tufão?... Eu serei como os archanjos Que eslocaem n'ampulidão, Pousados nas nuvens negras Em noites de escuridão?... Eu serei como a conchitinha Que rola na branca areia?... Ou descantando todas, Eu serei como a sercia?... Eu serei qual branca lua A revelar sobre o céu?... Ou como a virgem já morta, Envolta em branco véo?... Ai, não! não sei ainda Qual será a minha sorte... A minha estrella apagou-se. Não sei qual seja o meu norte! AMALIA FIGUEIRAS.	solida alma de que possa ella occupar tanto no seio da familia como na sociedade em geral, lugar que de facto lhe compete. Entre os seus elaborados artigos de que vem repleta, todos firmados por senhores, cuja leitura nos proporciona momentos bastante agradaveis, delectamos-nos sobre modo o intitulado—A Casa—, modestamente firmado por—Marii. A Família vem preencher no seio do nosso jornal um vazio desde ha muito sentida e se impoñia a sympathia do bello sexo paulista, por isso que é escripta por senhores inteiramente dedicados a seus interesses. É a unica revista de seu genero e a tola a provincia. Gzati, pela honra com que fomos distinguidos, retribuimol a finca sustento-lhe o nosso humilde periodico. <i>Da Imprensa Evangelica.</i> Recebemos o n. 1 d' A Família, interessante revista semanal dirigida por D. Josephina Alvares de Azevedo, e publicada em S. Paulo. A nova revista é bem redigida e conta excellentes collaboradoras. <i>Da Gazeta de Noticias.</i> «A Família» Tivemos a satisfação de receber o primeiro numero deste importante jornal, que como noticiamos, surgia á luz da publicidade em S. Paulo. Esta esplendida, quanto á sua impressão caprichosa e nitida, trazendo excellentes artigos, em referencia á educacão da mulher, primando entre elles o de apresentacão humilante elaborado pela geniosa Sra. D. Josephina Alvares de Azevedo. Muito bem! A mulher, que em todos os tempos tem sido o pharol luminoso que guia os romeiros do progresso para as regiões da immortalidade, hoje melhor preparada e illuminada pelo facho de luz que necessariamente disseminará o novo jornal, que só se dedicará exclusivamente em preparar a coracão feminino pela conveniente educacão e o cerebello da mulher pela instrucção, poderá prestar mais auspiciosos auxilios á familia e á sociedade emfim. Congratulamo-nos com a illustrada directora d' A Família, dando parabens ao bello sexo paulistano. <i>Da Gazetinha.</i> TYP. UNIAO—S. PAULO
COMO NOS TRATAM «A Família» Com este doce e sympathico titulo, a 18 do corrente, distribuiram-se nesta cidade o numero programma de uma importante revista litteraria, dedicada á educacão da mãe de familia e habilmente redigida pela illustrada professora Ex.^{ma} Sra. D. Josephina Alvares de Azevedo. Seu programma é simples e terminante:—lar á mulher uma educacão		

Fonte: Hemeroteca Digital- Jornal “A Família”.⁸

Quadro 1. Transcrição do trecho⁹ “Como nos tratam”

⁸ <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/familia/379034> A Família : jornal litterario dedicado a educacão da mãe e familia (RJ) - 1888 a 1894

Dentro deste jornal tem algo que chama atencão um dos titulos “como nos tratam”.

⁹ O trecho foi transcrito com o objetivo de preservar a redacão original. Entretanto, partes que não puderam ser compreendidas em razão da baixa legibilidade do documento não foram incluídas na transcrição.

Como nos tratam

Com este doce e sympathico título, a 18 do corrente, distribuíram-se nesta cidade o número programma de uma importante revista litteraria, dedicada à educação da mãe de família e habilmente redigida pela ilustrada professora Ex. Sra. D. Josephina Alvares de Azevedo.

O programma é simples e terminante: — dar à mulher uma educação sólida afim de que possa ella ocupar tanto no seio da família quanto no seio da sociedade em geral, lugar que de facto lhe compete.

Entre os bem elaborados artigos de que vem repleto, todos firmados por senhoras, cuja leitura nos proporcionam momentos bastantes agradáveis, deleitem-nas sobre modo intitulado —A Caxa—. Modestamente firmado por —Maria.

A Família visa prehencher no seio do nosso jornalismo um vácuo desde há muito sentido e se imponha a sympathia do bella sexo paulista, por isso que é escrito por senhoras inteiramente dedicadas a seus interesses. E a única revista de seu gênero em toda a província.

Gratos pela honra com que fomos distinguidas, retribuiremos a finesa enviando-lhe o nosso humilde periódico.

Da Imprensa Evaneglica.

Tivemos a satisfação de receber o primeiro número deste importante jornal, que como noticiamos, surgiu à luz da publicidade em S. Paulo.

Está esplêndido, quanto à sua impressão caprichosa e nítida, trazendo excelentes artigos, em referência à educação da mulher, primando entre elles o de apresentação habilmente elaborado pela geniosa Sra. D. Josephina Alvares Azevedo.

Muito bem!

A mulher, que em todos os tempos tem sido o pharol luminoso que guia os romeiros do progresso para as regiões da immortalidade, hoje melhor preparada e iluminada pelo facho de luz que necessariamente disseminará o novo jornal, que só se dedica exclusivamente em preparar o coração feminino pela conveniente educação e o cerebro da mulher pela instrução, poderá prestar mais auspiciosos auxílios à família e à sociedade emfim.

Congratulamo-nos com a ilustrada directora d' *A Família*, dando parabéns ao bello sexo paulistano.

O surgimento dos movimentos sufragistas em distintos países configura um marco decisivo na luta das mulheres pela ampliação de seus direitos civis e políticos, especialmente no que se refere à conquista do direito ao voto. No Brasil, sob o contexto da Primeira República, essa mobilização ganha contornos mais organizados com a criação, em 1910, do Partido Republicano Feminino. A agremiação surge com o objetivo de defender e articular, no âmbito institucional, a pauta do sufrágio feminino, atuando ativamente por meio da participação em audiências públicas, do envio de representações ao Legislativo e da presença simbólica nas ruas. Um exemplo expressivo dessa mobilização ocorreu durante o carnaval de 1917, com o desfile do carro alegórico intitulado “*O Voto Feminino*”.

Em Portugal, o movimento sufragista também ganha expressão no início do século XX, com a fundação, em 1910, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), coincidentemente no mesmo ano em que se cria, no Brasil, o Partido Republicano Feminino. Surgida no contexto da instauração da República, a LRMP direcionou seus esforços à atuação institucional, especialmente por meio da apresentação de petições ao Legislativo, reivindicando reformas legais que contemplassem o direito das mulheres ao voto.

A experiência brasileira em torno da luta pelo sufrágio feminino apresenta paralelos significativos com o desenvolvimento de movimentos sufragistas em diversos países. As organizações sufragistas nos Estados Unidos se reuniram em sua Primeira Convenção dos Direitos da Mulher, em 1848, com mais de 300 mulheres presentes. Poucos anos depois, em 1851, ocorreu a Convenção de Ohio para defender o voto feminino. As sufragistas inglesas fundaram sua própria agremiação, a União Social e Política das Mulheres, em 1903, com o objetivo de fortalecer a defesa da participação política das mulheres, utilizando-se de manifestações, propagandas e atos de desobediência civil para chamar atenção à pauta sufragista. O voto feminino na Inglaterra foi parcialmente conquistado em 1918, com o reconhecimento do direito ao voto para mulheres com mais de 30 anos, sendo plenamente consolidado de forma equânime em 1928.

Mais do que uma demanda pontual, o sufrágio simboliza um projeto político mais amplo de transformação das estruturas sociais, ao reivindicar a reconfiguração do papel das mulheres na esfera pública e a efetivação de sua cidadania em termos substantivos.

1.3 Para além do voto: a entrada das mulheres na arena política

Quando observa-se a presença de mulheres em cargos executivos no Brasil, como prefeituras e governos estaduais, essas estruturas permanecem marcada por expressivas desigualdades. Embora os avanços legislativos ¹⁰recentes como a reserva mínima de 30% das candidaturas para mulheres e a destinação proporcional do mesmo percentual dos fundos de campanha tenham promovido melhorias nos indicadores de participação feminina no Legislativo e no Executivo, tais medidas ainda revelam os limites de sua efetividade. Isso porque, apesar do progresso normativo, a distância em relação à equidade de gênero permanece significativa.

A disputa por cargos no Executivo ocorre sob a lógica do sistema majoritário, em que a dinâmica do “vencedor único” leva os partidos a adotarem estratégias seguras, o que, por sua vez, dificulta a inserção de novos grupos e atores políticos. Nesse contexto, a sub-representação feminina torna-se mais acentuada quanto maior o nível federativo do cargo em disputa. Assim, a ocupação de prefeituras por mulheres constitui uma realidade mais factível em comparação aos níveis estadual e federal.

Já no âmbito municipal, em 2024, foram eleitas 727 prefeitas entre os 5.569 cargos executivos em disputa, o que representou um acréscimo de 64 mulheres eleitas em relação ao pleito anterior. Esse resultado corresponde a um crescimento de 12% para 13% na proporção de prefeitas, revelando uma elevação de 5,7 pontos percentuais ao longo de duas décadas, considerando que, em 2004, apenas 7,3% das prefeituras eram chefiadas por mulheres. Embora os dados evidenciam um avanço gradual, este permanece limitado.

No recorte estadual, o cenário revela-se ainda mais restritivo. Nas eleições de 2022, apenas duas mulheres foram eleitas governadoras: Fátima Bezerra (PT), no Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra (PSDB), em Pernambuco. Desde a redemocratização, das 234 vagas disputadas para governos estaduais, apenas 13 foram conquistadas por candidaturas femininas, sendo o maior número simultâneo de governadoras registrado em 2006, com três mulheres no cargo. Na esfera federal, por sua vez, a história registra apenas uma mulher eleita à Presidência da República e esse panorama evidencia a persistência de barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres aos cargos do Executivo, bem como a tendência de diminuição de sua presença à medida que se eleva o nível federativo da disputa.

¹⁰Congresso promulga cota de 30% do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas. Fonte: Agência Câmara de Notícias
https://www.tre-ba.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Marco/ha-30-anos-lei-da-cota-de-genero-garante-candidaturas-femininas-e-promove-democracia-mais-inclusiva-e-equitativa?utm_source=chatgpt.com.

1.4 Sub-representação política no Brasil

Considera-se pertinente, antes de adentrar o contexto brasileiro de representatividade, situar o país em uma perspectiva global. Tal abordagem permite evidenciar o percurso histórico pelo qual as mulheres, ao longo dos anos, ampliaram sua presença nos espaços políticos, levando-se em conta as especificidades históricas de cada nação. O Brasil, no mapa das Mulheres na Política 2025, em dados publicados pelo IPU¹¹ (2025), evidencia que a participação feminina em parlamentos e ministérios, no contexto latino-americano, não apenas permanece estagnada, como também apresenta índices de representação inferiores à média regional. De acordo com o ranking da União Interparlamentar (IPU) referente a 2024, o Brasil ocupa a 132ª posição entre 181 países; já em um levantamento feito neste ano de 2025, o Brasil se manteve em uma situação semelhante de baixa representatividade de acordo com o IPU e a ONU, ocupando a posição 133ª nesse ranking global de representação parlamentar.

Com base nos dados da União Interparlamentar (2025), observa-se que países como Cuba, Costa Rica, Bolívia, Equador, entre outros países da América Latina, apresentam desempenho superior no que se refere à representação feminina. Tal constatação suscita o questionamento acerca dos entraves que impedem o Brasil de avançar de forma significativa nesse campo, mesmo após a implementação de políticas de cotas. Para Biroli (2018), o que se observa no Brasil, entre outros aspectos, é a naturalização daquilo que a autora denomina sobrerrepresentação masculina na política. Esse fenômeno é sustentado tanto por estruturas e práticas presentes no âmbito público quanto no privado, o que faz com que, mesmo diante de mudanças no regime de participação de gênero, essa desigualdade persista.

No Brasil, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2024 as mulheres representam a maioria do eleitorado em 6 a cada 10 municípios, correspondendo a aproximadamente 52,47% do total de eleitores. Entretanto, essa presença expressiva nas urnas não se traduz, de forma proporcional, em representatividade política. A distância entre o peso eleitoral das mulheres e sua sub-representação nos espaços de poder revela a persistência de barreiras estruturais que limitam sua plena participação na vida pública.

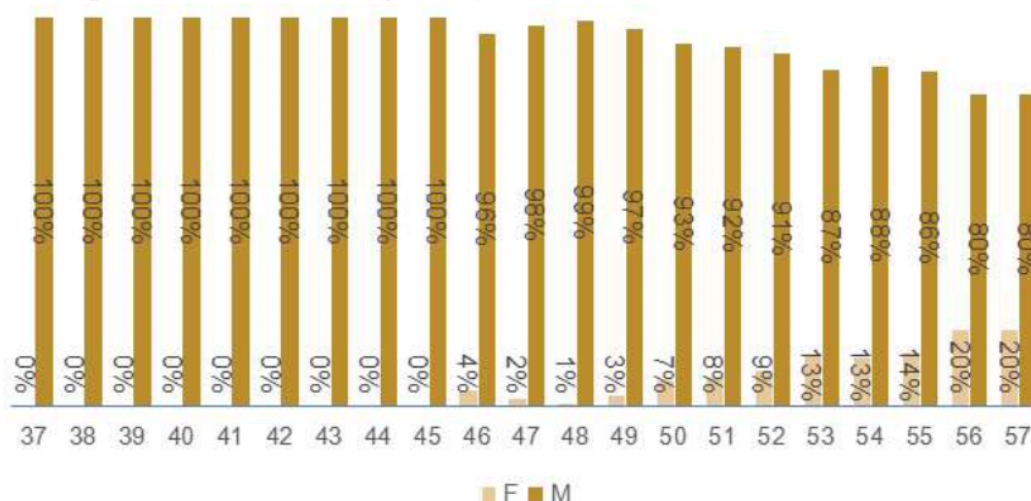
¹¹<https://www.ipu.org/national-parliaments>

A IPU, fundada em 1889 como a primeira organização política multilateral do mundo, reúne atualmente 181 parlamentos nacionais e tem como objetivo promover a cooperação e o diálogo entre as nações e a partir de sua base de dados disponibiliza informações sobre a composição, a estrutura e as atividades parlamentares de diferentes países, possibilitando a elaboração de rankings que avaliam, entre outros aspectos, a participação feminina.

Como bem apontado por Alves (2022), em seu trabalho sobre Violência Política de Gênero, mesmo após a conquista do direito ao voto e da elegibilidade, o Senado Federal não possuía, até 2015, banheiro feminino¹² em suas dependências. Esse dado ultrapassa a dimensão da ausência de infraestrutura: trata-se de um marcador simbólico da exclusão das mulheres dos espaços de poder. Isso reitera que não se trata apenas de um espaço historicamente não planejado e construído para as mulheres, mas também da mensagem simbólica que nele persiste: a de que elas não foram acolhidas de forma legítima e igualitária. Assim, esse ambiente permanece distante de configurar-se como um campo em que seja possível uma participação equânime.

Em números, observamos o quanto o Congresso Nacional¹³ expressa vagarosa entrada das mulheres:

Figura 3: Série histórica da representação feminina no Senado brasileiro (1934 - 2025).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Senado

Os dados foram coletados no site do Senado Federal e agrupados por legislatura, diferenciando-se o quantitativo de senadores e senadoras ao longo da série histórica. A série histórica começa na 37ª legislatura em período que se aproxima da conquista do direito à candidatura feminina no Brasil. Aqui a variável

¹² Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário
<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>

¹³ CONGRESSO NACIONAL. Atribuições do Congresso Nacional. Disponível em:
<https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>.

O Congresso Nacional Brasileiro é o órgão que exerce o Poder Legislativo da União, conforme o artigo 44 da Constituição Federal de 1988, e possui uma estrutura bicameral, composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo os 513 deputados eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, território e no Distrito Federal, com mandato de quatro anos e o Senado representa os estados e o Distrito Federal com 81 parlamentares, cada unidade da federação elege três senadores, com mandato de oito anos, sendo renovados de forma alternada a cada quatro anos, por um ou dois terços.

legislatura é classificada como variável qualitativa ordinal¹⁴, utilizada como *proxy* de tempo discreto, isto é, embora não seja uma variável temporal contínua, representa intervalos definidos e regulares de tempo (neste caso, período normalmente de 4 anos).

A proporção de senadoras por legislatura foi calculada da seguinte maneira:

$$\% \text{ Mulheres} = \frac{N^{\circ} \text{ de Senadoras}}{N^{\circ} \text{ total de Senadores (as)}} \times 100$$

$$\% \text{ Mulheres} = \frac{N^{\circ} \text{ de Deputadas}}{N^{\circ} \text{ total de Deputados (as)}} \times 100$$

A partir desse cálculo, foi confeccionado o gráfico apresentado na figura 4 que evidencia que, apesar de as mulheres terem conquistado o direito à candidatura no ano de 1932, que corresponderia a 36ª legislatura, foi somente na 46ª legislatura que foram eleitas as primeiras senadoras. Verifica-se que, desde então, há um tímido crescimento na proporção de mulheres que ocupam essas cadeiras, com variações negativas, como entre a 46ª e a 48ª legislaturas.

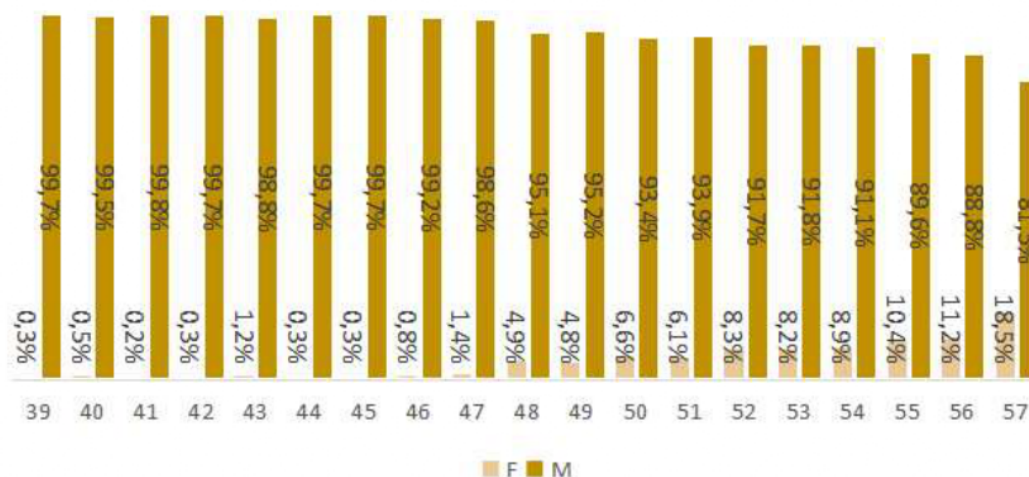
Quadro 2. Início e fim das Legislaturas

Nº	Início	Fim
57	2023	2027
56	2019	2023
55	2015	2019
54	2011	2015
53	2007	2011
52	2003	2007
51	1999	2003
50	1995	1999
49	1991	1995
48	1987	1991
47	1983	1987
46	1979	1983
45	1975	1978
44	1971	1974
43	1967	1970
42	1963	1967
41	1959	1963
40	1955	1959
39	1951	1955
38	1946	1951
37	1934	1937

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Câmara dos Deputados e do Senado

¹⁴ As variáveis ordinais são aquelas em que há uma ordem inerente dos elementos, neste caso não podemos modificar a posição das legislaturas, pois se ordena cronologicamente.

Figura 4: Série histórica da representação feminina na Câmara dos Deputados Federais (1951 - 2025).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Câmara dos Deputados

Observa-se um salto significativo na representação feminina entre a 55ª e a 56ª legislaturas, correspondentes a governos distintos e, portanto, a contextos políticos diferenciados. A 55ª legislatura, durante o governo Bolsonaro (PL), apresentou apenas 11% de parlamentares mulheres, inseridas em um cenário pós-golpe que tornava o ambiente político inóspito para a atuação feminina. Discursos depreciativos, como a ideia de que ter uma filha poderia ser sinal de fracasso,¹⁵ reforçam a exclusão das mulheres, limitando ainda mais sua participação no espaço político. Já a 56ª legislatura, vigente no atual governo Lula, apresenta um aumento de 7% na presença de mulheres. Embora esse crescimento não indique necessariamente que o espaço político tenha se tornado acolhedor ou livre de barreiras estruturais, sugere que houve, ao menos, um encorajamento simbólico para a ampliação da participação feminina, um exemplo disso é visto na composição dos ministros¹⁶ escolhidos pelo presidente Lula (PT).

É importante destacar que esses são indicadores de uma condição histórica das mulheres e não incorpora variáveis sociopolíticas externas que possam influenciar significativamente a trajetória prevista, como mudanças na legislação eleitoral, nas regras de financiamento de campanha, políticas afirmativas ou mesmo transformações culturais que ampliem ou reduzam o ingresso de mulheres na política. Para Almeida e Hollanda (2020), não se trata apenas de incluir informações, mas de promover uma análise crítica da história da

¹⁵ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/584912/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>
Bolsonaro referiu-se ao nascimento de sua filha Laura, a quinta após quatro filhos homens, como uma “fraquejada”, em resposta a uma apoiadora que mencionou que suas três filhas estavam assistindo a ele por vídeo. Em tom informal, o presidente comentou sobre a predominância de filhos homens em sua família.

¹⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/28/com-entrada-de-gleisi-lula-volta-a-ter-10-ministras-mulheres-no-governo.ghtml>

desigualdade entre homens e mulheres e de suas implicações. Nessa perspectiva, o presente trabalho dedica-se ao exame dessas desigualdades tal como se manifestam nos discursos proferidos por atores políticos.

2. O CAMPO DO DECORO: ONDE ELES CABEM E ELAS TRANSGRIDEM

Diante de um percurso percorrido até aqui que articula a maneira como as mulheres foram historicamente posicionadas na sociedade, os debates impulsionados pelos movimentos sociais, a entrada dos conceitos de gênero e patriarcado no campo acadêmico bem como a presença delas na arena política, este capítulo se propõe a apresentar os referenciais teóricos e metodológicos que orientarão a análise dos discursos contidos nas representações dos parlamentares homens direcionados a mulheres. Desse modo, o presente capítulo busca justificar a escolha dos métodos e autores mobilizados, ressaltando sua relevância para evidenciar as concepções de mundo expressas nesses discursos e a necessidade de reconstruí-las criticamente.

2.1 Material a ser analisado e sua relevância

A dominação masculina manifesta-se de diferentes maneiras, dada sua natureza multidimensional de incorporação, sendo o discurso um de seus veículos. No contexto brasileiro, tanto no período que antecede quanto no que sucede o golpe, observa-se no âmbito parlamentar a presença de discursos permeados por distintas intensidades de violência. Esses enunciados constituem-se como vetores de manutenção da dominação, revelando, sobretudo, uma reação conservadora que busca deslocar e excluir as mulheres do espaço político.

Por isso, este trabalho também adota como metodologia a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme proposta por Fairclough (2012), em diálogo com as teorias de Bourdieu e Saffioti. A ACD é compreendida pelo autor menos como um método estritamente técnico e mais como uma teoria social, ao defender que o discurso não constitui apenas um reflexo da realidade, mas desempenha um papel constitutivo nas práticas sociais. Nesse sentido, o discurso é entendido como instância de produção e reprodução das relações de poder, Fairclough (2012) entende a ordem do discurso como uma forma de estruturação social das diferenças semióticas, isto é, uma organização específica das relações entre distintos modos de produção de sentido, englobando diferentes discursos e gêneros.

Com o intuito de resguardar a ordem institucional e garantir que o exercício da atividade legislativa seja pautado por padrões éticos e de conduta condizentes com a relevância do cargo, foi criado, em 2001, por meio da Resolução n.º 25 ¹⁷da Câmara dos Deputados, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Este órgão colegiado é responsável

¹⁷<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2001/resolucaodacamaradosdeputados-25-10-outubro-2001-320496-norma-pl.html>

por receber, analisar e deliberar sobre representações e denúncias relativas a comportamentos que atentem contra os deveres funcionais e morais atribuídos aos parlamentares, assegurando, assim, o cumprimento das normas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

A quebra de decoro parlamentar caracteriza-se como a violação dos deveres e condutas que regem o exercício do mandato legislativo, configurando práticas que comprometem a dignidade, a honra e o respeito devidos ao Parlamento. Conforme estabelecido nos artigos 4º e 5º do referido Código, tais violações abrangem desde a prática de ofensas físicas e morais até condutas de assédio moral ou sexual, além de quaisquer ações incompatíveis com a função legislativa ou que afrontem as prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo.

Por esse motivo, na análise dos discursos serão utilizadas as notas taquigráficas disponibilizadas nos portais eletrônicos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Esse material foi selecionado por se referir a representações relacionadas à quebra de decoro parlamentar, contendo informações detalhadas sobre os fatos ocorridos, a identificação dos(as) representados(as), os partidos envolvidos, bem como a narrativa que fundamenta a acusação. Considerando que a pesquisa se volta especificamente para discursos que envolvem parlamentares mulheres, foram selecionadas representações que apresentam tanto o fato em questão quanto o discurso a ser analisado, além da forma como o partido estruturou a denúncia. De modo complementar, sempre que houver e for necessário repercussão em veículos de comunicação ou redes sociais, como Instagram, Twitter, entre outras, tais elementos também serão incorporados à análise.

Os discursos selecionados correspondem ao período pré e pós-golpe, abrangendo os anos de 2016 a 2023, a fim de evidenciar os elementos que marcam a produção discursiva nesse intervalo histórico. A escolha desse recorte temporal fundamenta-se na relevância política e social do período, caracterizado por intensas disputas político-normativas. Para fins de transparência metodológica, uma das representações utilizadas será disponibilizada em anexo, permitindo a visualização dos elementos extraídos e empregados na elaboração dos quadros analíticos.

2.2 Um lugar no mundo: metodologia e aporte teórico

Para Bourdieu (2024) a dominação masculina manifesta-se como a internalização de um sistema de classificações que se apoia em distinções naturalizadas, produzindo a legitimação de práticas, comportamentos, espaços e esquemas de percepção. Esse processo estabelece uma correspondência entre aquilo que se apresenta como objetivamente legítimo e

aquilo que socialmente se espera que seja legitimado. Nesse sentido, o campo político constitui-se como um espaço socialmente atribuído ao masculino e, conforme argumenta Saffioti (2001), a reprodução dessa ordem resulta de um esforço coletivo, no qual os homens desempenham papel central ao reforçar continuamente tal projeto por meio dos instrumentos socialmente disponíveis.

O campo político sustenta-se em ideias que exercem a função de reforçar o que se apresenta como “natural”. A análise desses discursos revela significativas convergências entre eles, sugerindo a existência de um esforço coletivo que opera quase como um pacto entre os homens. Um exemplo expressivo dessa dinâmica pode ser observado nos discursos dirigidos à presidenta Dilma Rousseff durante o processo de impeachment, os quais se estruturaram a partir de uma lógica recorrente e amplamente compartilhada. O cotidiano desses espaços é marcado por elaborações discursivas constantes e, à luz de Saffioti e Bourdieu, configura-se como um locus de reforço da ordem social. Trata-se de momentos privilegiados nos quais se reafirmam os nexos entre o que é considerado legítimo e aquilo que deve ser legitimado, tanto no âmbito político quanto no social.

Essa elaboração discursiva revela um sistema de classificação internalizado, cuja força reside justamente no fato de não necessitar de justificativas explícitas (mas contidas de maneira implícita em cada discurso em todo momento). Contudo, ao ser exposto pelas regras específicas do espaço discursivo, torna-se um objeto privilegiado da análise do discurso.

No contexto brasileiro, Saffioti inaugurou uma abordagem inovadora ao colocar as mulheres em evidência nas análises sociológicas, problematizando sua posição no mundo social e, de modo particular, na sociedade capitalista. De forma análoga, a adoção do método de Análise Crítica do Discurso, proposto por Fairclough (2012), se justifica pela ênfase em compreender a linguagem no contexto do novo capitalismo, o que torna possível a relação com a perspectiva de Saffioti sobre a condição feminina nesse mesmo sistema.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934–2010) foi uma das principais sociólogas brasileiras e pioneira nos estudos sobre gênero no país. Sua produção acadêmica destacou-se por compreender as relações de gênero em constante articulação com classe social e raça, o que lhe conferiu um papel fundamental na consolidação de uma sociologia feminista no Brasil (Veiga, 2021).

É necessário pontuar também a sua relevância no campo da Sociologia, tanto pelo impacto de sua produção acadêmica quanto pela articulação de sua trajetória intelectual com os movimentos sociais, aos quais também ofereceu contribuições significativas, à semelhança de seu orientador, Florestan Fernandes, Saffioti (2013). Esse aspecto evidencia a centralidade

dos movimentos sociais nos debates sobre gênero, ressaltando o esforço dialógico estabelecido entre os movimentos feministas e a produção sociológica, que contribuiu para a consolidação desse campo de reflexão. este estudo busca igualmente colaborar com o esforço dialógico em curso, ao reconhecer nos movimentos feministas um elemento fundamental para a formulação e a consolidação de novas discussões que ampliem e qualifiquem o debate.

Ainda que de maneira breve, foi introduzido no primeiro capítulo o debate acerca dos conceitos de gênero e patriarcado no âmbito das Ciências Humanas. Conforme proposto por Saffioti (2015), o patriarcado deve ser compreendido como um caso específico das relações de gênero, sempre articulado à formação social de cada país, tendo em vista que as experiências de dominação e exploração assumem formas distintas conforme o contexto histórico e social em que se desenvolvem. Sob a perspectiva da formação da sociedade capitalista, Saffioti insere a questão das mulheres como elemento central para a análise da sociedade em seu conjunto. Embora reconheça as especificidades do gênero, não o trata de forma autônoma, o que constitui um aspecto metodológico fundamental de sua sociologia. Nesse sentido, Candido ([1969] 2013, apud MOTTA, 2020) ressalta como mérito da autora justamente o fato de não dissociar o problema das mulheres das questões gerais da sociedade, evidenciando as racionalizações ideológicas vinculadas às estruturas e formas de dominação.

Outro aspecto significativo da utilização de Saffioti (1987), reside no fato de que a autora entende os papéis de gênero como construções socialmente predeterminadas, estabelecendo delimitações específicas que definem não apenas as esferas de atuação de homens e mulheres, mas também os limites dentro dos quais cada sujeito pode operar, conforme o papel que lhe é socialmente atribuído.

Ao reconhecer que a intensidade da dominação varia conforme a sociedade e o período histórico, Saffioti (1990) possibilita a construção de uma análise que considere as especificidades de tempo e espaço, evitando a limitação a um único momento da história. De modo semelhante, o uso de Bourdieu na análise apresenta relevância teórica comparável à de Saffioti. No prefácio de sua obra *A Dominação Masculina*, que será utilizada nesta pesquisa, Bourdieu (2024) problematiza os mecanismos históricos responsáveis pela perpetuação das estruturas de divisão sexual, oferecendo um enquadramento teórico essencial para a compreensão das relações de poder de gênero.

Bourdieu (IBID.), aponta para algo que aqui pretendo desvelar:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo da excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível,

invisível a suas próprias vítimas que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação...(IBID., p.12).

Desse modo, considerando que a dominação masculina não se sustenta apenas pela violência física, a violência simbólica é assim denominada por não ser imediatamente reconhecida como violência em sua forma explícita, mas naturalizada como algo “normal” ou “natural”. A partir desse conceito, busco evidenciar que não se trata apenas de discursos de violência de gênero, mas de enunciados impregnados de símbolos que moldam a percepção de seus receptores. Ressalte-se, ainda, que tais discursos são internalizados pelos sujeitos dominados; entretanto, quando identificados, também podem suscitar reações. Nesse processo, as mulheres não permanecem apenas como vítimas passivas: ao longo dos capítulos procurei demonstrar que, em diferentes momentos, emerge um movimento constante de ruptura dessa estrutura de dominação.

À luz da perspectiva bourdieusiana (2024), a diferenciação dos corpos biológicos deve ser compreendida como veiculando uma cosmologia social androcêntrica, sobretudo relacionada à reprodução, que operam no sentido de naturalizar distinções arbitrárias. Esse processo de naturalização legitima uma relação de dominação ao inscrevê-la em uma suposta natureza biológica, a qual, na realidade, constitui-se como produto da própria construção social. Trata-se, portanto, de uma forma de violência simbólica que assegura a reprodução das hierarquias de gênero.

A contribuição de Bourdieu, em conexão com Saffioti, revela-se fundamental para a classificação e interpretação dos discursos proferidos por parlamentares homens, os quais, ao recorrerem a enunciados que aparentam neutralidade ou naturalidade, operam na manutenção e legitimação de relações de dominação. Dessa forma, sua teoria possibilita compreender como a linguagem, no campo político, atua como mecanismo simbólico de reprodução das hierarquias de gênero justamente ao articular discursivamente uma ordenação cosmológica, religiosa e moral, na qual a mulher deve “naturalmente” ocupar um lugar subordinado.

Embora a presente pesquisa não utilize todos os quadros de outras linguagens discursivas, como a visual ou a corporal, as notas taquigráficas representam uma fonte relevante para a análise, pois permitem acessar as falas dos atores políticos e conectá-las a outros registros igualmente pertinentes. Assim, a investigação considera aspectos como a organização do discurso, os modos de agir, as estratégias de fundamentação e justificativa, bem como os processos de naturalização que atravessam tais enunciados. A ACD fornece uma estrutura analítica que orienta a compreensão do problema social evidenciado nesses discursos, possibilitando examinar como se articulam, se fundamentam e se legitimam. Dessa

forma, o método cumpre de maneira adequada sua função, na medida em que viabiliza o estabelecimento de conexões com os aportes teóricos de Bourdieu e Saffioti.

3. DE VOLTA AO LAR: A JUSTIFICAÇÃO DISCURSIVA DA DOMINAÇÃO POLÍTICA MASCULINA

Diante da exposição acerca da forma como será conduzida a análise dos discursos, optei pela elaboração de quadros que possibilitam não apenas a sistematização e a visualização dos elementos considerados relevantes para a investigação, mas também uma compreensão mais clara por parte do leitor, facilitando o acompanhamento da análise. Este capítulo configura-se, portanto, como um espaço dedicado ao exame dos discursos de atores políticos, cujo objetivo final é a construção de um “mundo”, no sentido de uma cosmologia envolta por discursos, na qual se estruturam as instituições e se alocam os indivíduos.

3.1 O que eles pretendem? Discursos estruturantes

O primeiro discurso refere-se à representação instaurada em 10 de agosto de 2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra o então deputado Laerte Bessa, do Partido Liberal (PL), tendo como relator o deputado Mauro Lopes, do Progressistas (PP). Durante seu tempo de fala no dia 15 de junho de 2016, no Plenário da Câmara dos Deputados, Bessa proferiu ofensas graves dirigidas a parlamentares do PT, à então presidenta Dilma Rousseff, ao ex-presidente Lula e a outros filiados do partido. Ressalta-se que o deputado possui formação acadêmica em Direito, característica que se aproxima da de outros parlamentares analisados neste estudo, como Nikolas Ferreira (PL) e Michel Temer (MDB).

Esta nota taquigráfica é apresentada como ponto inicial de análise em razão do contexto no qual se insere: trata-se de uma manifestação direcionada contra a presidenta Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores, dois meses depois a fala do Bolsonaro ao processo de votação que deliberou sobre a autorização para a continuidade do processo de impeachment.

Quadro 3 -REP. 10/2016

Total de páginas	12 páginas
Páginas analisadas	01- 06 páginas
Partido proponente	PT
Representado e partido	Laerte Bessa -PL

Campo ideológico	PT- Esquerda PL- Extrema- Direita ¹⁸
Fato	O representado no dia 15 de junho de 2016, em discurso na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados, proferiu graves ofensas aos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, à Presidenta da República Dilma Rousseff, ao ex-Presidente Lula e a milhares de filiados do partido. Página 02
Fala	“ Quero dizer para V.Exas. que não sou corrupto e não sou ladrão. E tenho liberdade para chamar os petistas,em sua grande maioria– é claro que há algumas ressalvas, aqui nesta casa há ressalvas– de ladrões. Os petistas têm que sair do país, juntamente com a vagabunda Dilma e o seu amigo Lula.” Página 02
Redes sociais	Não houve
Argumentação¹⁹	O representado, ao dirigir-se a Presidenta Dilma, de forma injuriosa, pejorativa e machista, viola a disposição constitucional

¹⁸ Os partidos que compõem os quadros de análises são classificados a partir do trabalho intitulado “ Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros”, 2023 dos autores : Bruno Bolognesil, Ednaldo Ribeiro, Adriano Cardoso. O estudo aplicou um survey com associados da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), durante vinte dias de julho de 2018, para avaliar a posição ideológica dos 35 partidos políticos brasileiros.

¹⁹ Argumentação contida nos quadros foram retiradas dos trechos da argumentação do partido ou partidos proponentes.

	que consagra como direito fundamental igualdade entre homens e mulheres, prevendo, inclusive, punição para práticas discriminatórias que atentem contra os direitos e liberdades fundamentais, conforme o art. 5º da Constituição Federal. Página 04 No dia último dia 25 de junho, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, mais uma vez corroborando os argumentos ora trazidos nesta representação, acatou a denúncia contra do deputado Jair Bolsonaro, pelos crimes de incitação à prática do estupro e injúria, por ter se dirigido a Deputada Maria do Rosário que somente não a estupraria, pois “ela não merece”. Página 05 Em um país que luta diariamente por igualdade de gêneros, com números acintosos de violência doméstica e contra mulher, é inadmissível que se permita chamar uma mulher de vagabunda, ainda mais no Plenário da Câmara dos Deputados. Página 05-06
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir das notas taquigráficas do site da Câmara dos Deputados

Esse discurso proferido na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados, revela a maneira em que existe, apesar das normas, uma falta de timidez com relação a discursos que

representem algum grau de violência contra a mulher. A violência do homem contra as mulheres não é apenas uma questão de comportamento individual como veremos adiante. De acordo com Saffioti (1996), a violência masculina contra as mulheres não pode ser compreendida de forma isolada, pois está enraizada em um processo de legitimação social que a naturaliza e a insere como parte constitutiva da própria organização social de gênero no Brasil.

A existência de uma hierarquia de gênero aqui prevalece sobre uma hierarquia institucional, já que esse discurso foi proferido contra um membro do mais alto escalão do poder executivo, a Presidenta Dilma, e aqui realizo o exercício de voltar ao que foi perguntado por Beauvoir (2016): que privilégio permitiu-lhe esse poder? Nesse cenário, reformulo: que privilégio conferiu aos homens o poder de subordinar as mulheres, mesmo quando estas ocupam posições de autoridade máxima?

O deputado Laerte Bessa (PL), fala de uma posição de liberdade, mas essa liberdade deve ser entendida como legitimidade conferida aos homens que sempre estiveram nesses espaços de poder. O parlamentar constrói seu discurso dizendo que por não ser “ladrão” teria liberdade de chamar os petistas de ladrões e deseja a saída deles e a saída da Dilma Rousseff (PT). Entretanto, ao se referir especificamente à presidenta Dilma Rousseff (PT), acrescenta uma dimensão distinta: além de desejar sua saída, atribui-lhe o adjetivo depreciativo de “vagabunda”. Assim, ao contrário do tratamento conferido aos demais que são homens, a referência a Dilma carrega um valor pejorativo adicional, que reforça a carga de desqualificação.

A argumentação que fundamenta essa representação sublinha a violência dirigida à presidenta Dilma Rousseff (PT), configurando-a como injúria e evidenciando o caráter “machista”²⁰ presente na manifestação do deputado, como também recorre à Constituição Federal, que assegura a igualdade entre homens e mulheres como princípio fundamental. Nesse sentido, o parlamentar, cuja função²¹ institucional é legislar e fiscalizar em consonância com a própria Constituição, ao proferir tal discurso, posiciona-se de forma a colocar-se acima da Lei, utilizando-se de seu cargo para exercer poder em desconformidade com os princípios constitucionais. O que se observa é que, apesar dos avanços significativos no âmbito

²⁰ Termo usado na fundamentação da representação.

²¹

<https://www.camara.leg.br/noticias/903471-SAIBA-OUAIS-SAO-AS-ATRIBUICOES-DO-DEPUTADO-FEDERAL/>

Esse parlamentar tem duas atribuições principais, estabelecidas na Constituição: legislar e fiscalizar. Fonte: Agência Câmara de Notícias

legislativo, os agentes políticos continuam a ser socializados dentro de uma lógica de dominação, o que contribui para a reprodução e a permanência dessas estruturas no interior do sistema político.

Para Saffioti:

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar a luz do sistema de ideias justificadoras do presente estado de coisas. (Saffioti, 1987, p.15).

Outro aspecto destacado na argumentação elaborada pelo Partido dos Trabalhadores refere-se à manifestação do Deputado Jair Bolsonaro (PL) direcionada à Deputada Maria do Rosário (PT):

Imagem 2- Rep. 36/2014

22

“O SR. PRESIDENTE (Amauri Teixeira) - Deputado Jair Bolsonaro, o senhor tem 3 minutos, prorrogáveis.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias você me chamou de esturador no Salão Verde e eu falei que eu não esturava você porque você não merece. Fique aqui para ouvir.

Fonte: Nota taquigráfica da rep. 36/2014 disponível no site da Câmara dos Deputados

Ao analisarmos o trecho “eu não esturava você porque você não merece”, observa-se que a figura do Deputado Bolsonaro (PL) não se limita a expressar um julgamento sobre quais mulheres seriam ou não dignas de sofrer violência sexual. Sua fala o coloca na posição de quem julga, sentencia e pune, assumindo simbolicamente o papel de detentor do poder sobre o corpo feminino. Nesse sentido, como argumenta Saffioti (2004), a permanência do termo “patriarcado” é fundamental, pois evidencia que há um sentido profundamente enraizado na construção social da masculinidade que confere ao homem a prerrogativa de domínio sobre a mulher. Tal prerrogativa constitui a corporificação da própria violência.

Ao retornarmos para representação contra o Deputado Laerte (PL), evidencia-se nela a diferença de tratamento em suas referências a homens e mulheres no campo político. Enquanto Dilma Rousseff é diretamente alvo de uma ofensa de cunho misógino, Lula (PT) é atingido de forma indireta, ao ser designado como “amigo da vagabunda”. Tal construção

²² Trecho citado na argumentação do Partido dos Trabalhadores.

discursiva não apenas reitera a desqualificação da figura feminina por meio da violência simbólica, mas também reforça a lógica da dominação masculina, na qual a ofensa à mulher reverbera como estratégia de deslegitimação do homem a ela associado.

Abaixo temos um discurso cujo contexto é do pós-golpe que resultou na saída da presidenta Dilma Rousseff e na ascensão de seu sucessor, o até então vice-presidente Michel Temer (MDB). Em 8 de março de 2017, Temer realizou um discurso em celebração ao Dia Internacional da Mulher, cuja análise revela aspectos emblemáticos. Ao longo de seu mandato, Dilma foi alvo de diferentes formas de violência política e simbólica, frequentemente utilizadas para desqualificá-la enquanto mulher e presidenta. O que se observa, nesse caso, não é apenas a reafirmação do lugar social da mulher, mas também a manifestação da dominação masculina. Essa dominação não se restringe à justificativa dos papéis femininos tradicionais, mas se revela no próprio poder que estrutura o discurso, ao admitir que as mulheres possam ocupar outros espaços somente mediante a autorização ou legitimação masculina.

Quadro 4 -Discurso presidencial²³

Total de páginas	01 páginas
Páginas analisadas	01 páginas
Nome	Michel Temer
Partido e campo ideológico	MDB - Direita
Informações sobre o discurso	Discurso presidencial no dia 08 de março- “Dia da mulher”

²³

<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df#acontent>

Trechos da fala

Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades.

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque eu tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher. Mas é interessante notar como, e aqui eu recordo mais uma vez, só para dizer do absurdo e muitas vezes da nossa história, que a mulher só começou a votar pelos idos de 30, 32 não é? Quando se lhes deu o direito a voto, o direito mínimo, que é de participar. A mulher representa, e

	representava, no passado 50% da população brasileira. E, sem embargo disso, o fato é que 50% estava excluído. Portanto, a representação que antes que se fazia era uma representação política de pé quebrado. Era uma representação de 50%, quem sabe, da população brasileira. Mas, ao longo do tempo, devo registrar com grande satisfação, que a mulher foi conseguindo o seu espaço. A Constituinte de 88 decretou: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece de pouca significação, mas significa inserção na estrutura do Estado brasileiro, portanto, o próprio Estado brasileiro, a ideia de que os direitos e deveres são iguais para homens e mulheres. E digo com toda franqueza, isso tudo é fruto do movimento das mulheres. E da compreensão dos homens, vamos dizer assim, mas do movimento muito entusiasmado, muito persistente, muito consistente, muito argumentativo até, das mulheres brasileiras. De modo que, ao longo do tempo, as senhoras, as mulheres, deram uma colaboração extraordinária ao nosso sistema.
--	--

	E hoje, como as mulheres participam em intensamente de todos os debates²⁴, eu vou até tomar a liberdade de dizer que na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor. E hoje, graças a Deus, as mulheres, sem embargo das dificuldades, têm uma possibilidade de empregabilidade que não tinham no passado. Então, a queda da inflação que nós estamos assistindo, a queda dos juros, o superávit recorde da nossa balança comercial, o crescimento do investimento externo, tudo isso significa empregos. E significa também que a mulher, além de cuidar dos afazeres domésticos, vai vendo um campo cada vez mais largo para o emprego. De modo que mais uma vez, digamos assim, o Brasil conta com as mulheres, conta com
--	--

²⁴ “Senadoras líderes foram interrompidas e sofreram mais questionamentos, sobretudo por homens de seus próprios partidos”. Disponível em: <https://www.em.com.br/colunistas/bertha-maakaroun/2024/11/6986349-no-senado-mulheres-lideres-sao-mais-interrumpidas-do-que-homens.html>.

	todos os brasileiros, mas tem a mais absoluta convicção de que a força motriz mais relevante do exercício da cidadania brasileira, está nas mulheres.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir do discurso retirado da Biblioteca Presidência da República

À primeira vista, o discurso do então sucessor de Dilma Rousseff, Presidente Michel Temer (MDB), pode soar promissor, na medida em que parece reconhecer a relevância das mulheres e até mesmo o papel histórico dos movimentos feministas. No entanto, tal reconhecimento revela-se superficial e estratégico, funcionando mais como recurso retórico do que como compromisso efetivo com a ampliação da participação feminina no espaço político.

À medida que se espera a continuidade de um reconhecimento político e de um maior empenho na construção de um ambiente mais igualitário para as mulheres, observa-se, em contrapartida, um discurso que reafirma posições tradicionais e conservadoras. As falas de Michel Temer (MDB), ao recorrer a colocações descritivas sobre o lugar social da mulher, evidenciam uma perspectiva que naturaliza papéis de gênero. Ao declarar, “com a maior tranquilidade”, que tais concepções estão ancoradas em sua formação familiar e em sua relação conjugal com Marcela, o ex-presidente não apenas despolitiza a questão de gênero, mas também a reduz ao âmbito privado, reproduzindo, assim, a lógica da dominação masculina.

Ao longo de seu discurso, Temer enfatiza que determinados papéis sociais não são atribuídos aos homens, mas recaem exclusivamente sobre as mulheres, às quais se destinam as responsabilidades relacionadas ao lar, ao cuidado com os filhos e à sua educação. Ademais, observa-se que não apenas a fala de Temer, mas também a de outros parlamentares, evidencia a manutenção de uma estrutura social que delimita lugares previamente estabelecidos para cada indivíduo. Destaca-se, nesse sentido, que tais discursos não se sustentam unicamente em uma moralidade conservadora, mas revelam a persistência de uma ordem simbólica que naturaliza posições sociais diferenciadas, mesmo diante de avanços em termos de igualdade de gênero.

Conforme argumenta Saffioti (2013), não há uma única esfera, seja no âmbito do trabalho ou no da ociosidade em que a mulher tenha sido reconhecida como plenamente capaz de atuar de forma funcional. Historicamente, foi-lhe atribuída a condição de dependência,

sendo constantemente remetida à tutela e aos cuidados masculinos. Entretanto, tal submissão não pode ser analisada de maneira isolada, tampouco a desigualdade que estrutura essas relações pode ser dissociada de seu caráter sistêmico. No espaço político, observa-se que essa lógica de subordinação é continuamente reorganizada e reafirmada sempre que as mulheres ocupam posições que escapam ao lugar previamente estabelecido pelo patriarcado.

Em distintos momentos, Michel Temer (MDB) mobiliza representações que reafirmam papéis socialmente prescritos às mulheres, ainda que sob uma aparência de celebração. Mesmo quando reconhece determinadas conquistas femininas, seu discurso tende a reinscrevê-las nos limites dos espaços domésticos. Ao evocar, por exemplo, a conquista do direito ao voto feminino, não a atribui exclusivamente à mobilização e à luta dos grupos de mulheres marginalizadas, mas a associa também à suposta compreensão e benevolência masculina.

Ao pontuar o avanço das mulheres no mercado de trabalho, Temer (MDB) não permite que se caia no esquecimento a lembrança de que, para além do exercício de atividades remuneradas e reconhecidas pelas normas trabalhistas, persiste a responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos. Para Federici (2019) a força da institucionalização do trabalho feminino não se limita à ausência de remuneração formal, mas também à forma como esse trabalho é recompensado simbolicamente por meio do “amor”, reforçando a dependência das mulheres em relação aos homens e ao núcleo familiar.

No âmbito econômico, a contribuição da mulher é reiteradamente enunciada de forma naturalizada, sendo associada, por exemplo, à sua atuação no gerenciamento do orçamento doméstico, especialmente por meio da identificação das variações de preços em atividades cotidianas, como as idas ao supermercado. Tal representação, frequentemente exaltada como uma força motriz essencial para a cidadania brasileira, reaparece de maneira recorrente nos discursos parlamentares. Contudo, embora se reconheça a relevância desse papel para o funcionamento de diferentes setores da sociedade, o espaço atribuído à mulher é constantemente delimitado e controlado por homens, os quais recorrem, em maior ou menor grau, a estratégias discursivas marcadas por violência simbólica para reforçar tais fronteiras.

A seguir, apresenta-se uma representação que assim como as anteriores fazem parte do contexto do golpe, o parlamentar cujo conteúdo não se dirige a uma parlamentar, mas emana de um deputado que, assim como Jair Bolsonaro (PL), adota uma postura de julgamento sobre o merecimento da violência de gênero. O contexto do discurso refere-se a um episódio amplamente repercutido na mídia, no qual se questionava se o deputado Wladimir Costa (Solidariedade) teria feito uma tatuagem com o rosto de Michel Temer. Em determinado

momento, ao ser indagado por uma jornalista²⁵ sobre a possibilidade de exibir a tatuagem, respondeu: “Para você, só se for o corpo inteiro”. Tal conduta foi reconhecida não apenas por diversos colegas parlamentares como assediadora, mas também pela ABRAJI²⁶ (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo).

Quadro 5 -REP. 17/2017²⁷

Total de páginas	20 páginas
Páginas analisadas	01-08 páginas
Partido proponente	PSB
Representado e partido	Deputado Wladimir Costa- Solidariedade
Campo ideológico	PSB - Centro-esquerda Solidariedade- Centro direita
Fato	Em uma clara tentativa - fracassada, frise-se - de minimizar a situação, Wladimir Costa afirmou “eu tenho várias tatuagens no corpo inteiro, amor”. O descaramento da atitude do representado foi tamanho que ensejou o repúdio dos jornalistas e um pedido de desculpas dos Deputados Mauro Pereira, do PMDB/RS, e Fábio Ramalho, do PMDB/MG, que demonstraram extremo constrangimento com o ocorrido. A jornalista ficou completamente estarecida com a conduta do parlamentar, o que a

²⁵ <https://www.facebook.com/basiliarodrigues/posts/1445988948787591>

Relato da Jornalista assediada pelo Deputado Wladimir Costa

²⁶ <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/52-em-destaque/3384->

Na noite do dia 1º de agosto, durante o exercício da profissão, Basília foi assediada sexual e moralmente pelo parlamentar.

²⁷

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/eticaedecoro/representacoes/representacao-no-17-2017-dep-wladimir-costa>

	motivou a escrever um post público no Facebook intitulado "Um ensaio sobre a idiotice", no qual relata com detalhes a humilhação sofrida ante o tratamento a ela dispensado pelo Deputado. O post foi compartilhado por diversas pessoas em sinal de apoio à jornalista. Página 03 A repercussão foi tamanha que o Deputado postou um texto em sua "defesa" no Facebook. Página 04
Fala	"Existe uma desconhecida jornalista, que diz exercer a profissão há 10 anos, por nome de Basília Rodrigues do DF. Descobri que ela nunca foi contratada por nenhum grupo de comunicação importante, como por exemplo; Record, Globo, SBT, Estadão, O Estado, Band, Uol, Correio Brasiliense, Zero Hora e outros tantos renomados grupos de comunicação. Ela é aquela do tipo mequetrefe e resolveu me denunciar, sabem por que? Adivinhem ? Isso mesmo! Por assédio (creio que deva ser por um suposto assédio moral, porque assediá-la sexualmente ninguém irá acreditar, pois basta ver as fotos da mesma e todos irão ver que ela foge totalmente dos padrões estéticos que, supostamente despertaria

	algum tipo de desejo em alguém. Pelo menos dos meus fogem 1000% e também creio que fogem dos interesses padrões que outros homens, possam sentir por uma mulher. Digamos que apenas a cor negra de sua pele e o cabelo cacheado, é o que ela verdadeiramente tem de beleza em seu corpo. Então vamos ao suposto motivo da denúncia feita pela a D. Basília; Eu fui convidado para participar de um jantar na casa do colega Deputado Federal Fábio Ramalho, ao chegar na portaria, lá estavam vários jornalistas que mais uma vez me abordaram sobre a história da tatuagem com o nome do Temer (Mera tatuagem provisória de Henna para provocar a oposição, e que, literalmente deu certo), daí subi até o apartamento e não demorei. Ao retornar à portaria, lá estavam eles novamente pedindo pra eu mostrar a tatuagem e novamente eu sorrindo disse; não, não posso mostrar, foi aí nesse momento que a jornalista de cor de pele e cabelos bonitos (Somente isso) insistia incessantemente pra eu tirar a roupa pra mostra à tatuagem, e eu sorrindo apenas respondi; "PRA VOCÊ EU MOSTRO O CORPO TODO". Afinal eu possuo 7 tatuagens, e confesso ser um grande entusiasta desta arte que até ajudo a divulgar. Em momento algum falei, PRA VOCÊ, EU FICO NÚ, DESPIDO, PELADO. Dizer que vai mostrar o corpo
--	--

	todo, não quer dizer necessariamente, ficar literalmente nú, e tenham certeza que, mesmo que Dona Basília fosse a última mulher do mundo, eu não teria coragem de ficar despido para ela e jamais iria convidá-la para ser minha parceira numa noite de amor, pois sou muito bem casado. (Certamente ela também não teria essa coragem). Resumidamente, ela não me desperta em nada". Página 04-05
Redes sociais	Portal Comunique-se, Jornal O Globo , Jornal Zero Hora, Jornal Metrópole e Revista Época
Argumentação	A conduta, conforme será exposto a seguir, atenta flagrantemente contra a ética o decore e vai de encontro aos deveres fundamentais do mandato parlamentar, violando diversos dispositivos do Código de Ética e Decore Parlamentar, razão pela qual merece ser reprimida e punida por este Conselho. Página 06 A forma e os termos com que o Deputado se dirigiu à jornalista Basília Rodrigues, na presença de diversas pessoas insinuando um contexto sexual de maneira absolutamente reprovável, passa ao largo da dignidade a que alude o inciso IV supracitado.

	De fato, o deputado praticou atos de discriminação de gênero contra jornalista, evidenciando nítido machismo e misoginia, o que fere a ética e o decoro parlamentar. Página 07 Cabe ressaltar que não é a primeira vez que o deputado age de maneira indecorosa. Há relatos reiterados de violência e agressividade com diversas pessoas, incluindo outros parlamentares. De igual modo, não é a primeira vez que se envolve em polêmicas envolvendo discriminação de gênero. Página 08
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir das notas taquigráficas do site da Câmara dos Deputados.

Ao ser questionado sobre sua conduta e diante da necessidade de se defender da acusação de assédio sexual, o parlamentar, ao ser pressionado a responder por um ato cometido à vista de outros jornalistas e parlamentares, altera o tom de seu discurso, tornando-o ainda mais agressivo em relação às mulheres, como se buscasse reafirmar um espaço exclusivamente masculino. Antes de adentrarmos a análise do discurso de defesa do parlamentar, é relevante observar trecho publicado no Facebook pela própria vítima, em que a jornalista questiona em que momento teria oferecido qualquer elemento de permissividade ao parlamentar.

Imagem 2- Relato de Basília Rodrigues



Basília Rodrigues

2 de agosto de 2017 · 🌐

UM ENSAIO SOBRE A IDIOTICE

Quando a gente volta de férias, quer mostrar as novidades. Algumas pessoas têm fotos, outras chaveiros, tem até os colecionadores de ímãs de geladeira... Mas pra um deputado, Wladimir Costa, o tatuado de Temer, o mais esperado era ver a famosa tatuagem com o nome do presidente.

Era pra ser assim. Mas não foi assim.

Desde os rumores de que é feita de henna, ele rebate e diz que é definitiva.

Agora chegou o grande momento. Nesta noite, em um jantar, tatuado e homenageado respiraram o mesmo ar. Na mesma sala, nada mais "normal" - ainda que pareça uma palavra sem espaço aqui - seria mostrar A homenagem.

Vai lá! Você viu? Ninguém viu.

Na saída, o contraditório. Costa saiu orgulhoso do jantar dizendo que apresentou a tatuagem pra Temer, e que o presidente teria gostado.

Pergunto pro deputado 1, deputado 2, deputado 3. Enfim, alguém aí viu o "taputado", o "detuado" se expôr à flor da pele para Temer? Não.

Ele sai, brinca, se vangloriza e dá sua versão. Pergunto: Deputado, o senhor pode mostrar de novo?

Ele responde: "Pra você, só se for o corpo inteiro". Vou repetir essa resposta com destaque. "PRA VOCÊ, SÓ SE FOR O COR-PO IN-TEI-RO".

Penso, em que momento eu dei a minha testa pra esse deputado tatuar "idiota"? Ou mais: "mulher idiota".

Havia outros deputados, jornalistas e até câmeras de TV focados nele. Mas nada disso "evitou" uma gracinha ou uma "desgracinha" machista.

Parlamentares constrangidos vieram me pedir desculpas pelo comportamento do nobre colega.

Idiotice sabe mesmo ser feito bala perdida.

Fonte: Trecho retirado do Facebook da Jornalista

No discurso de defesa, o deputado Wladimir busca evidenciar, perante todos, o que considera absurdo na acusação de assédio sexual, alegando que a jornalista não possuía atributos atrativos que justificassem tal conduta. Paralelamente, o parlamentar esforça-se continuamente por desqualificar a profissional, não apenas em sua condição de mulher, mas também em sua competência enquanto jornalista. Embora faça uma menção que poderia ser interpretada como elogiosa ao destacar a beleza do cabelo e da pele da jornalista, tal observação revela-se atravessada por um estereótipo recorrente atribuído a mulheres negras, cujos corpos são historicamente representados como públicos e, portanto, suscetíveis a qualquer forma de interação sexual. A violência presente em sua fala direcionada à jornalista revela, implicitamente, uma concordância tácita de que outros homens poderiam igualmente justificar a prática dessa violência com base em critérios semelhantes, que segundo Bourdieu (2024) o assédio sexual preserva em seu fim a posse, mas a afirmação da dominação no seu estado puro.

Por fim, observa-se a apresentação de uma representação parlamentar em face do deputado Nikolas Ferreira (PL), sujeito político marcado pela recorrência de manifestações

²⁸de teor transfóbico, gordofóbico e machista em suas redes sociais. Tais enunciados, articulados ao exercício de seus privilégios enquanto representante legislativo, operam como mecanismos de reprodução de um tradicionalismo nos costumes, reforçando práticas excludentes e hierarquizantes no espaço público.

A representação em questão foi proposta por alguns partidos políticos e apresenta um total de 94 páginas. Assim como as demais analisadas neste estudo, inclui o contexto no qual a fala foi proferida, bem como a argumentação dirigida contra o representado e no que concerne a sua cronologia, apesar de não está inserida no contexto do golpe, figuras emblemáticas como o deputado Nikolas Ferreira(PL) são herdeiras desse tipo de direita. Em 08 de março de 2023, data simbólica em razão das celebrações do Dia Internacional da Mulher, o deputado Nikolas Ferreira (PL) proferiu um discurso de caráter transfóbico, no qual afirmou “hoje eu me sinto mulher” e se apresentou como “Deputada Nikole”.

Imagem 3- Nikolas Ferreira dia 08 de março²⁹



Fonte: captura de tela do vídeo postado pelo próprio Deputado no seu Twitter³⁰

²⁸ <https://adiadorim.org/reportagens/2023/03/transfobia-fake-news-e-gordofobia-o-historico-de-nikolas-ferreira/>

²⁹ https://x.com/nikolas_dm/status/1633546520099188737/history

³⁰ O vídeo foi publicado em sua plataforma de Twitter ainda no dia 08 de março e obteve 1,6 milhões de visualizações.

Quadro 6-REP. 3/2023

Total de páginas	94 páginas
Páginas analisadas	1- 13 páginas
Partido proponente	PSOL, PT,PDT, PCdoB e PSB
Representado e partido	Nikolas Ferreira-PL
Campo ideológico	PSOL- Extrema esquerda PT- Esquerda PDT- Centro esquerda PCdoB- Esquerda PSB- Direita
Fato	No dia 08 de março, data em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, o Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL-MG) subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para fazer um discurso de cunho flagrantemente discriminatório e transfóbico. Na ocasião, ele colocou uma peruca e se apresentou perante os demais parlamentares como "Deputada Nicole", dizendo que hoje se sente uma mulher". Na sequência, o Deputado passou a proferir falas criminosas, em ofensa às mulheres trans e travestis, já constantemente violentadas no país. Página 05
Fala	"As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Para vocês terem ideia do perigo que é isso, eles estão querendo colocar a imposição de uma

	realidade que não é a realidade (...) Mulheres, retomem sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade, formem sua família. Dessa forma, vocês colocarão luz no mundo e serão, com certeza, mulheres valorosas".
Redes sociais	TWITTER, JORNAL METRÓPOLES, UOL e G1 A cena criminosa tem repercutido em uma série de canais da imprensa, como no Portal UOL² (Nikolas faz discurso transfóbico na Câmara no Dia da Mulher) e no Portal Metrôpoles 3 (No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira faz discurso transfóbico na Câmara). Como É possível depreender da fala do deputado, o conteúdo de seu discurso tem caráter ofensivo e criminoso, uma vez que direcionado a manifestar discriminação e ridicularizar pessoas transexuais e travestis. Página 05
Argumentação	Na mesma esteira de atuação, o Representado também atacou a hoje Deputada Duda Salabert (PDT/MG), em entrevista na qual se recusava a reconhecer o gênero da Deputada, em flagrante visão preconceituosa, intolerante e criminosa, o que culminou no oferecimento de denúncia pelo Ministério Público de Minas Gerais,

	pela prática do crime previsto na Lei 7.716/89. Página 07 Nota-se que o parlamentar se utiliza de suas falas e redes sociais sempre com o escopo de difundir discurso de ódio contra qualquer pessoa ou grupo definido como adversário. Página 08 O enquadramento do discurso do Representado à prática do crime de homotransfobia é nítido. É possível notar que sua intenção era utilizar uma data importante para a luta das mulheres para se projetar politicamente a partir de um discurso criminoso, que ofende e vulnerabiliza ainda mais as minorias de gênero. Nas redes sociais, é possível encontrar com muita facilidade outros discursos criminosos do representado no sentido de fomentar o ódio contra as vidas e a dignidade de pessoas trans e travestis em geral. Página 11 Nesse sentido, não se pode, segundo Owen Fiss, ignorar a força silenciadora que o discurso opressivo dos intolerantes pode exercer sobre seus alvos. Assim, a restrição
--	--

	ao discurso de ódio e a estigmatização de setores não ameaça a democracia, mas antes a fortalece. No caso em concreto, houve a prática de discriminação ou preconceito. Página 13
--	---

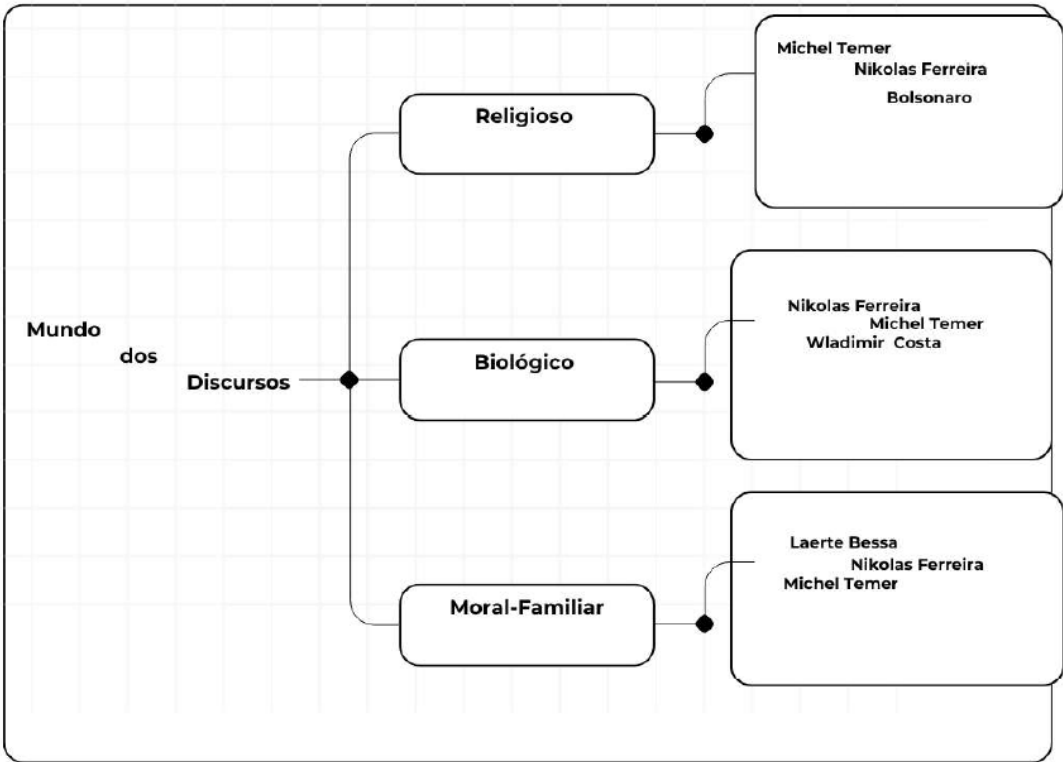
Fonte: Elaboração própria a partir das notas taquigráficas do site da Câmara dos Deputados.

Nikolas Ferreira (PL) não utiliza a Tribuna apenas para enunciar posicionamentos transfóbicos, embora tal dimensão não seja plenamente percebida pelos partidos proponentes ao longo da argumentação. Em seu discurso, o parlamentar sustenta que as mulheres estariam perdendo espaço para “homens que se sentem mulheres”, vinculando o gênero a uma concepção estritamente biológica e, assim, reforçando uma hierarquia social já estabelecida. Desse modo, sua retórica opera em duas frentes: por um lado, ao afirmar que ser mulher exige necessariamente possuir vagina, negando, portanto, contesta o direito de existência a identidades de gênero não alinhadas ao determinismo biológico; por outro lado, ele também estimula conflitos entre grupos historicamente marginalizados no espaço político. Como apontado por Bourdieu (2024) enquanto o discurso mítico explicita de forma aparentemente ingênua certas diferenças, os ritos de instituição as reforçam de maneira mais sutil e eficaz, produzindo distinções que associam cada agente a sinais externos compatíveis com a definição social de seu sexo, incentivando comportamentos considerados adequados e desencorajando os tidos como impróprios, especialmente nas relações entre os sexos.

Ademais, os partidos não perceberam que esse discurso, assim como os analisados anteriormente nesta pesquisa, transmite uma mensagem estruturada, fundamentada em preceitos religiosos, morais e familiares. O parlamentar indica quais seriam os comportamentos esperados das mulheres para que sejam socialmente valorizadas: retomar uma feminilidade compatível com a ordem social, ter filhos e assumir o papel de reprodução, conforme descrito por Bourdieu(2024) “a ordem das coisas”. Nesse contexto, a mulher deve amar e maternar, exercendo plenamente sua função social, de modo a tornar-se valorizada e considerada uma “luz para o mundo”. Assim, Nikolas Ferreira (PL) enfatiza a formação da família como central para a realização desse ideal feminino.

3.2 O mundo dos discursos: o que é possível visualizar a partir dos discursos parlamentares

Figura 5³¹: O mundo dos Discursos



Fonte: Elaboração própria a partir dos quadros de discursos parlamentares

Quadro 7- Lugares determinados pelos discursos

Lugares em de onde os homens falam	Lugares no qual a mulher é sujeitada
• Tutor das mulheres • Economia (produção) • Quem Julga • Delimita os espaços	• Objeto Físico e simbólico • Reprodução • Subalternidade • Cuidados com os filhos e lar

Fonte: Elaboração própria a partir dos quadros de discursos parlamentares

Ao analisar esses discursos, é possível inferir que a relação entre os parlamentares, em termos de gênero, revela uma hierarquia pré-estabelecida no contexto parlamentar. Nessa dinâmica, os indivíduos podem ser categorizados como dominantes e dominados, sendo os

³¹ Os elementos inseridos como Biológicos, Religioso, Moral-familiar, são alguns dos agentes no qual percebe-se a eternização das estruturas descritas por Bourdieu (2024).

últimos frequentemente colocados em posição de vulnerabilidade, sujeitos à violência simbólica e à aceitação das afirmações proferidas. Como ilustrado no quadro acima, a relação descrita é marcada por uma ambivalência, na qual aos homens é conferida a tutela, enquanto as mulheres permanecem subordinadas às suas aprovações. As mulheres são colocadas tanto como objetos simbólicos e físicos quanto, no âmbito econômico, confinadas a funções de reprodução, cuidados domésticos e manutenção do lar. Já aos homens cabe a plena qualificação no campo de atuação, definindo o que deve ser feito e estabelecendo os parâmetros do agir correto

Entretanto, ao longo dos capítulos até o momento, observa-se que os movimentos desenvolvidos pelas mulheres, seja no âmbito político, acadêmico ou social mais amplo, configuram uma ação contínua voltada à desestruturação da rígida hierarquia imposta pelos papéis de gênero.

Ademais, para Saffioti (1990), a relação de dominação não se configura como um esmagamento absoluto da figura dominada, na qual esta permaneceria passivamente subjugada; pelo contrário, a dominação se manifesta de maneira mais complexa, mantendo a presença da dominada enquanto simultaneamente reforça estruturas de poder que a condicionam. Essa lógica pode ser observada no discurso de Temer, em que a compreensão atribuída ao homem foi apontada como um dos fatores responsáveis pela conquista do voto feminino. Embora isso possa sugerir, superficialmente, um reconhecimento da autonomia feminina, na prática a fala revela que a mulher continua sujeita a estruturas de dominação. Ela não se encontra livre das amarras sociais que limitam seu papel; pelo contrário, permanece em um lugar marcado por restrições, como se estivesse atada por correntes simbólicas que ainda definem sua posição social e política.

Como uma dialética entre o escravo e seu senhor, homem e mulher jogam cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (Saffioti, 1990, p.184).

Observa-se, ainda, a presença de uma violência mais ou menos velada no discurso parlamentar a depender do contexto. Ao ser chamada de “vagabunda”, Dilma, enquanto presidenta, ocupa uma posição elevada na hierarquia social e política, o que lhe confere certo prestígio e autoridade. Nesse contexto, o parlamentar recorre a uma intensidade acentuada de violência, no esforço de reafirmar relações de dominação e reconfigurar a posição da presidenta, impondo-a a um lugar inferior na estrutura hierárquica do campo político, conforme os mecanismos descritos por Bourdieu.

A dominação masculina manifesta-se de diversas maneiras em cada discurso, destacando-se, particularmente, a forma como o corpo feminino é constantemente exposto ao olhar público. Nesse contexto, o corpo da mulher não se configura apenas como objeto de desejo, mas também como alvo de variadas formas de violência, configurando-se como objeto simbólico (Bourdieu, 2024), no qual as mulheres são percebidas como “receptivas, atraentes e disponíveis”.

O recorte da fala do deputado Nikolas (PL), “mulheres, retomem sua feminilidade”, pode ser interpretado como uma tentativa de reinstaurar a submissão feminina. De acordo com a lógica de Bourdieu (2024), esse espaço constitui-se como um lugar socialmente esperado para a mulher, marcado pela contenção, discrição e obediência.

Ao aprofundar a análise, evidencia-se um cenário permeado por discursos que sustentam uma estrutura de dominação masculina. Nesses enunciados, delineia-se tanto o lugar de fala atribuído aos homens quanto o espaço socialmente sugerido às mulheres. Tais discursos não são desprezíveis, mas atuam de forma a dificultar a presença e a inserção feminina neste campo. A baixa representatividade das mulheres no parlamento brasileiro reflete, portanto, uma estrutura social marcada por processos de socialização que as posicionam como indivíduos incapazes de desempenhar papéis distintos daqueles previamente determinados pela ordem social. Esse desencorajamento manifesta-se, entre outros meios, pela intensificação da violência discursiva, como evidenciado no caso da ex-presidenta Dilma Rousseff.

4. CONCLUSÃO

O percurso adotado nesta pesquisa foi pensado de modo a transitar do nível macro de análise de um universo mais amplo para suas manifestações em nível micro. Ao introduzir conceitos centrais à investigação, as autoras não apenas apresentam as noções de gênero e patriarcado, mas também evidenciam, por sua própria atuação, o desafio de refletir sobre o feminino teoricamente. Tanto Saffioti quanto Beauvoir, cada uma em seu contexto, não se encontravam em ambientes receptivos à elaboração de um pensamento crítico sobre a condição feminina.

As lutas pelos direitos das mulheres também se apresentam como formas de evidenciar a desconstrução da ordem estabelecida, mostrando que a subalternidade imposta às mulheres não encontra uma aceitação passiva, ora uma resistência ativa. Nesse sentido, ao analisar a posição do Brasil no cenário internacional em termos de representatividade feminina, percebe-se a existência de lacunas significativas. A observação do Congresso Nacional revela que, mesmo com a conquista do direito ao voto e da possibilidade de candidatura, a participação das mulheres nesse espaço avança de forma lenta e gradual, ocorrendo ao longo de várias legislaturas.

No entanto, a lenta inserção das mulheres no espaço político pode ser analisada para além das barreiras institucionais, como a limitação de financiamento e o uso de candidaturas laranjas. Nesta pesquisa, enfatiza-se como os discursos conservadores atuam na mobilização dessas estruturas, promovendo sua internalização. Dessa forma, tais discursos atingem simultaneamente diferentes dimensões: dificultam a participação das mulheres já inseridas no campo político e erguem barreiras que se naturalizam, restringindo o anseio e o acesso daqueles corpos que permanecem à margem.

Durante o julgamento realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral³² (TSE), em 7 de março de 2024, referente a uma ação contra a Jovem Pan, a Ministra Cármen Lúcia abordou como determinados discursos podem dificultar o acesso de mulheres à política e desencorajá-las, mesmo quando apresentam aptidões para a área. A magistrada destacou a diferença no teor desses discursos quando dirigidos a homens e a mulheres, observando que, nas últimas eleições, tais manifestações se intensificaram em relação às mulheres, configurando uma reação que classificou como violenta, distinta dos discursos de ódio dirigidos aos homens. Em consonância com os objetivos da pesquisa, foram identificados os

³² <https://www.youtube.com/watch?v=rzn4fxLv3HQ>. Cármen Lúcia: “Discurso de ódio contra mulher se acentua e é sexista”

distintos modos de deslegitimação presentes nos discursos, variando conforme o gênero a quem se dirigem. Assim, a investigação alcançou seu propósito ao observar como esses discursos se manifestam e operam, bem como os lugares socialmente atribuídos que deles emergem.

De igual modo, ao analisar como os discursos parlamentares evidenciam elementos da dominação masculina, tornou-se possível identificar, a partir dos quadros elaborados nesta pesquisa, que tais discursos se estruturam em justificativas apresentadas como naturais. Esses discursos funcionam como instrumentos de perpetuação da sub-representação feminina no espaço político, impactando de maneira dupla tanto as mulheres que participam da arena política quanto aquelas que dela permanecem afastadas.

Contudo, entende-se que é possível ampliar a análise, contemplando um conjunto mais extenso de representações direcionadas a mulheres que ocupam cargos de deputadas e senadoras, bem como expandir o quadro analítico para incluir outras instâncias, como os discursos dirigidos a ministras, proporcionando uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de deslegitimação de gênero no espaço político e acrescentar as reações dessas mulheres. Ademais, pode-se investigar se há outras dimensões do discurso que atinjam diferentes grupos de mulheres, como já tangenciado por este trabalho em um dos discursos, que apresenta transfobia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carla; BUARQUE DE HOLANDA, Cristina. Introdução – Desafios e trajetórias na ciência política. In: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEDIA, Carla; BUARQUE DE HOLANDA, Cristina; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p.197-201.
- ARAÚJO Alves, Leonara. **“Não serei interrompida”: presenças e regularidades da violência política de gênero na Câmara dos Deputados do Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 2. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2016. v. 1.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; Codato, Adriano. **Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros**. Dados: Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1–29, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Seis em cada dez municípios têm a maioria do eleitorado feminina: há mais mulheres do que homens aptos a votar em todos os estados brasileiros**. Brasília, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/seis-em-cada-dez-municipios-tem-a-maioria-do-eleitorado-feminina>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Resolução nº 25, de 11 de outubro de 2001**. Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, [2001]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2001/resolucaodacamaradosdeputados-25-10-outubro-2001-320496-norma-pl.html>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3a edição. São Paulo: Editora expressão popular, 2013 [1969].
- FAIRCLOUGH, Norman. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Tradução de Iran Ferreira de Melo. São Paulo: Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERNANDES, M. A participação feminina na política: análise do desenvolvimento dos movimentos sufragistas. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 96–111, 2022.
- FIRESTONE, S. **The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution**. New York: William Morrow, 1970.

MARIANO, F. (2018). O despertar do feminismo político na Península Ibérica. **Historiæ**, 8 (2), 201–218. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6507>

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, 2006.

MILLET, K. **Sexual Politics**. New York: Doubleday, 1970.

MOTTA, Daniele. Heleieth Saffioti e a crítica à sociedade capitalista: gênero, classe e raça. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-14, e020027, 2020.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Márcia Aguiar. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

REVISTA PIAUÍ. **Nos Estados Unidos as mulheres representam ¼ dos governadores, enquanto no Brasil elas são apenas 8%**. Revista Piauí, [S. l.], 2023.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayna R. (org.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, Heleieth. (2013). **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3a edição. Editora expressão popular: São Paulo [1a edição: 1969].

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, pp. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria A. (org.). **Mulher em seis tempos**. Araraquara, FCL, 1991, pp. 141-170.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, Alda Britto da, SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM FFCH/UFBA, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157–163, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Classe e Gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil: conceitos versus dados. In: SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Anais do 48º Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. São Paulo: SBPC, 1996.

SENADO FEDERAL. **727 municípios serão governados por mulheres em 2025**. Rádio Senado, Brasília, 27 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/10/27/727-municipios-serao-governados-por-mulheres-em-2025>. Acesso em: 01 set. 2025.

SILVA, Maria Clara Miranda Ferreira da. **Dominação masculina na esfera pública: Dilma nas capas da Istoé e nas manchetes do Estadão na construção imagética do golpe**. 2022. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25976>. Acesso em: 09 ago. 2025.

VEIGA, A.M. and Gasparetto, V. **O pensamento vivo de Heleieth Saffioti** [online]. SciELO em Perspectiva: Humanas, 2021 [viewed 10 September 2025].

ANEXOS

ANEXO A - REPRESENTAÇÃO 10/2016 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Wadih Damous - PT/RJ



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REP. 10/2016

Secretaria-Geral da Mesa do Senado 12/01/2016 10:45
Partido 19/01/16 Ass: Afonso Florence PT

O **PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT**, agremiação

partidária com registro no Tribunal Superior Eleitoral - TSE e representação no Congresso Nacional, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, nº 256, Ed. Toufic, Brasília-DF, CEP 70302-000, por seu Presidente **Rui Falcão**; **WADIIH DAMOUS**, brasileiro, divorciado, deputado federal, portador do RG nº 32782856- RJ, inscrito no CPF sob o nº 548.124.457-89, endereço Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, gabinete 330, anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília-DF; **JANDIRA FEGHALI**, brasileira, divorciada, deputada federal, portadora da cédula de identidade nº 035238062-RJ, CPF 43428169700, endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, gabinete 622, anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília -DF, **AFONSO FLORENCE**, brasileiro, casado, deputado federal, portador da cédula de identidade de nº 151275327 SSP/BA, com endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, gabinete 305, anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília -DF, **PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA**, brasileiro, casado, deputado federal, portador da cédula de identidade de nº 2024323822 - SSP/RS, CPF 428449240-34, com endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, gabinete 552, anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília -DF, **MARIA DO ROSÁRIO NUNES**, brasileira, solteira, deputada federal, portadora da cédula de identidade nº 2033446226 - SSP/RS, CPF 489.893.710-15, com endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, **ERIKA KOKAY**, brasileira, deputada federal, portadora da cédula de identidade nº 625183 SSP/DF, CPF nº 22441107100, com endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, gabinete 203, anexo IV, CEP 70160-900 - Brasília-DF, na forma

Partido: 3624 Ass: Jandira Damous PT

60



O fato narrado, consiste em atitude intolerável no âmbito de uma Casa Parlamentar, que ofende a todas as mulheres, na figura da Presidenta Dilma Rousseff, além do ex-Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores e seus filiados.

II - DA QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR.

A conduta do representado, ao proferir as ofensas acima relatadas, desrespeita a Constituição da República, o Código de Ética e Decoro Parlamentar e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, além do Código Penal, incorrendo, sem prejuízo da eventual responsabilização pela prática de crime, em quebra de decoro parlamentar.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece no art. 3º que são deveres e obrigações a que estão sujeitos todos os parlamentares:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa do interesse público e da soberania nacional;

II - respeitar e cumprir a Constituição, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;

III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

IV - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé zelo e probidade;

V - apresentar-se à Câmara durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões do Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro, além das sessões conjuntas do Congresso Nacional;

VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;

VII - tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;

VIII - prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações necessárias ao seu acompanhamento e fiscalização;

IX - respeitar as decisões legítimas dos órgãos da Casa.



Ademais, o Código de Ética e Decoro Parlamentar dispõe:

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:

I – abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

Art. 5º Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

II - praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;

III - praticar ofensas físicas ou morais nas dependências da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos Presidentes;

O representado, ao dirigir-se à Presidenta Dilma, de forma injuriosa, pejorativa e machista, viola disposição constitucional que consagra como direito fundamental a igualdade entre homens e mulheres, prevendo, inclusive, punição para práticas discriminatórias que atentem contra os direitos e liberdades fundamentais, conforme art. 5º da Constituição Federal:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(...)

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;”

É evidente que o exercício do cargo pressupõe a imunidade parlamentar material, que consiste na inviolabilidade de opiniões, palavras e votos, desde que proferidos em razão de suas funções parlamentares.

Mas é preciso reiterar que o âmbito de incidência da imunidade parlamentar material restringe-se às opiniões proferidas em razão de suas



funções parlamentares. Xingamentos ofensivos direcionados às pessoas, ultrapassam o limite admissível e constituem evidente abuso de prerrogativa que resulta na quebra de decoro parlamentar, conforme o quanto disposto no art. 4º, I, do Código de Ética e Decoro Parlamentar. Nesse sentido:

"Malgrado a inviolabilidade alcance hoje 'quaisquer opiniões, palavras e votos' do congressista, ainda quando proferidas fora do exercício formal do mandato, não cobre as ofensas que, ademais, pelo conteúdo e o contexto em que perpetradas, sejam de todo alheias à condição de deputado ou senador do agente." (**Inq 1.344**, rel. min. **Sepúlveda Pertence**, julgamento em 7-8-2002, Plenário, DJ de 1º-8-2003.)

No último dia 21 de junho, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, mais uma vez corroborando os argumentos ora trazidos nesta representação, acatou denúncia contra o deputado Jair Bolsonaro, pelos crimes de incitação à prática do estupro e injúria, por ter se dirigido a Deputada Maria do Rosário afirmando que somente não a estupraria, pois "ela não merece".

A decisão foi proferida no bojo do inquérito policial nº 3932, relatada pelo Ministro Luiz Fux, e relativiza o direito a imunidade material. Assim, quando as declarações ultrapassarem o limite do razoável, deverá ser devidamente punida, como é o caso trazido nessa representação.

As críticas à Presidenta da República nos aspectos relacionados à sua vida pública, no exercício do seu mandato, na condução dos seus trabalhos, podem e devem ser realizadas em uma democracia, mas, de forma alguma devem ser admitidos xingamentos e ofensas à honra e à dignidade da pessoa humana. A imunidade parlamentar não pode servir para acobertar a prática de crimes e de condutas que rebaixem a dignidade das pessoas, seja elas quais forem, e a do próprio Parlamento.

Em um País que luta diariamente por igualdade de gêneros, com números acintosos de violência doméstica e contra a mulher, é inadmissível que se permita chamar qualquer mulher de vagabunda, ainda mais no



Plenário da Câmara dos Deputados. Compactuar com tal conduta misógina e preconceituosa, contraria os valores assumidos por uma sociedade democrática.

Além do xingamento direcionado a Presidente da República, o representado ainda ofendeu o Partido dos Trabalhadores e seus filiados, ao dizer que os petistas são ladrões e que devem sair do País, junto com o ex-presidente Lula e a Presidenta Dilma.

A conduta viola disposições do ordenamento jurídico brasileiro, pois o representado infringiu regras de boa conduta e praticou ofensas morais nas dependências da Câmara dos Deputados, o que configura atentado ao decoro parlamentar conforme art. 5º, II e III do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Tal ofensa, é tipificada, também, no Código Penal, art. 140, como crime de injúria, ao qual é atribuída a pena de detenção de um a seis meses, para quem injuriar outrem, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro.

O Parlamentar deve conduzir suas relações com dignidade e respeito. O art. 3º do Código de Ética dispõe que constitui dever fundamental do parlamentar zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo. Deve exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade. Não pode o parlamentar se valer de uma prerrogativa a ele conferida para ofender e injuriar outrem.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estabelece no art. 244, que o Deputado que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar que definirá, também, as condutas puníveis.



O art. 10 e o art. 14 do Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelecem as penalidades aplicáveis à conduta atentatória ou incompatível com o decoro parlamentar, dentre elas a perda do mandato.

Assim, restando configuradas as condutas do Representado incompatíveis com o decoro parlamentar é imperativo o devido processamento da representação por quebra de decoro contra o Deputado Laerte Bessa.

Diante o exposto, requer:

- a) o recebimento, autuação e encaminhamento da presente à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, com vistas à abertura de processo ético disciplinar por quebra de decoro parlamentar do Deputado ora Representado, nos termos do inciso I, § 2º, do artigo 9º, do supracitado Código de Ética e Decoro Parlamentar.
- b) a notificação do Representado para que responda, se lhe aprouver, a presente Representação no prazo regimental;
- c) sem prejuízo da defesa técnica, o depoimento pessoal do Representado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;
- d) que ao final do processo disciplinar, tendo em vista a gravidade dos fatos e crimes praticados, que seja aplicada a pena de **PERDA DE MANDATO**.

Requer-se, ainda, para instrução do procedimento:

- a) juntada de cópia das notas taquigráficas do discurso do Deputado na Tribuna da Câmara dos Deputados, sem qualquer decore da parte ofensiva à Presidenta da República.



Ao final, a procedência da presente Representação com a recomendação ao Plenário da Câmara dos Deputados das sanções cabíveis, entre quais, a **PERDA DE MANDATO**.

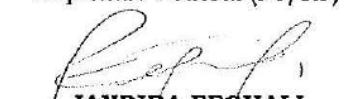
Termos em que

Pede e espera deferimento.

Brasília (DF), 05 de julho de 2016.

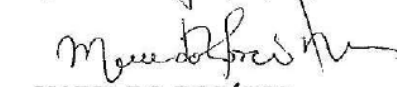

RUI FALCÃO
 Presidente do PT

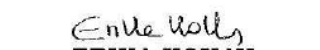

WADIH DAMOUS
 Deputado Federal (PT/RJ)


JANDIRA FEGHALI
 Deputada Federal (PCdoB/RJ)


AFONSO FLORENCE
 Deputado Federal (PT/BA)


PAULO PIMENTA
 Deputado Federal (PT/RS)


MARIA DO ROSÁRIO
 Deputada Federal (PT/RS)


ERIKA KOKAY
 Deputada Federal (PT/DF)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 150.2.55.O
Data: 15/06/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5827



O SR. PRESIDENTE (Giacobo) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Laerte Bessa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem nós encerramos um dos momentos mais difíceis nesta Casa: o confronto, por mais de 6 meses, no Conselho de Ética, para discutir o parecer que recomenda a cassação do Presidente da Casa, Sr. Eduardo Cunha. O resultado sugere a cassação.

Eu diria que houve muitas protelações, muitos desmandos, que houve fatos que não poderiam ter acontecido nesta Casa nesse período.

Eu queria dizer a V.Exas. e a toda a comunidade brasileira os motivos que levaram a mim e a grande parte dos defensores de Eduardo Cunha a votar a favor dele.

A tese que nós levantamos era simplesmente de acordo com a representação apresentada pelo Relator Marcos Rogério. Ele colocou, em seu relatório final, que Eduardo Cunha havia mentido durante a CPI da PETROBRAS. A nossa tese era de que Eduardo Cunha não havia mentido naquela oportunidade. E ficou provado nos autos que o Sr. Eduardo Cunha não tinha conta no exterior.

Infelizmente, nós que votamos a favor dessa tese estamos sendo mal interpretados. Votei como votei por dois motivos: porque eu estava consciente de que o Sr. Eduardo Cunha não havia mentido à CPI da PETROBRAS e, também, porque o Sr. Eduardo Cunha fez um grande favor a o povo brasileiro ao tirar o PT do comando do País. Esse partido, o mais corrupto que já apareceu aqui no Brasil, foi extirpado do Governo. Assim, nós teríamos que dar um voto de confiança ao Sr. Eduardo Cunha naquele momento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 150.255.O
Data: 15/06/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5827



Eu quero dizer a todos que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é soberano: votou pela cassação do Sr. Eduardo Cunha. Eu não posso ir contra o Conselho de Ética. Sou contra qualquer manobra que agora venha atrapalhar a decisão daquele colegiado.

Queria até pedir ao Sr. Eduardo Cunha que, para o bem do Brasil, renunciasse a seu cargo de Presidente da Casa. É difícil disse isto, mas o Brasil não está suportando a situação, a Casa não está suportando a situação. Nós não devíamos passar por isso. Gostaria de pedir ao Sr. Eduardo Cunha que renuncie.

Pediria também à Dona Dilma não só que renunciasse, mas também que sumisse do nosso País, que fosse embora para a Venezuela, para a Nicarágua, para algum desses países comunistas. E pediria ainda que os petistas aqui da Casa fossem junto com ela, com a Dona Dilma, e abandonassem o País.

Sabem por quê peço isso? Porque o PT é nocivo ao Brasil. Estão provando hoje que são nocivos. Estão interpelando aqui, em obstrução, por quê? Porque não querem que votemos uma importante medida provisória para o País. Estamos aqui, desde o meio-dia, por causa da obstrução do PT, simplesmente votando requerimentos e mais requerimentos para impedir que se votem coisas importantes para o Brasil.

Portanto, digo isto com a alva lavada: votei a favor de Eduardo Cunha porque eu tinha conhecimento, eu tinha estudos formados e tinha convicção de que ele não havia mentido à CPI da PETROBRAS e, também, pelo grande favor que ele fez ao País.

Agora, eu peço a Eduardo Cunha que renuncie.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 150.2.55.O
Data: 15/06/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176/5827



Acredite, Cunha, você perdeu. Acelte a derrota e faça esse bem para o Brasil, que a Câmara, o Congresso Nacional e o povo brasileiro vão lhe agradecer.

A derrota, todos nós passamos por ela, mas não podemos subestimar o Conselho de Ética. Lutei, lutei uma boa contenda, porque eu acreditava naquilo que estava defendendo. Também os nove colegas abnegados que votaram a favor de Cunha lutavam pela mesma causa.

Sras. e Srs. Deputados, quero dizer a V.Exas. que não sou corrupto ou ladrão. Tenho a liberdade de chamar os petistas, em sua grande maioria — é claro que há algumas ressalvas nesta Casa —, de ladrões. Os petistas têm que sair do País, juntamente com a *(expressão retirada por determinação da Presidência)* da Dilma e o seu amigo Lula.

Muito obrigado.

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Representação do Partido dos Trabalhadores – PT, subscrita por seu Presidente Nacional, Rui Falcão, em desfavor do Deputado LAERTE BESSA. Imputação da prática de ato incompatível com o decoro parlamentar.

Em 21/07/2016

Numere-se, publique-se e encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.


RODRIGO MAIA
Presidente